

Revolução

PERANTE O AVANÇO DO FASCISMO

Os militares golpistas do 25 de Novembro, o seu governo bombista e o seu Conselho da contra-revolução depois de neutralizarem uma parte do sector militar que era contrário aos seus desígnios contra-revolucionários procuram conseguir a pretexto da construção do seu «socialismo em liberdade» aquilo que os fascistas com todo o seu aparelho repressivo não conseguiram durante meio século, ou seja, destruir a capacidade revolucionária da classe operária e dos explorados deste país.

Enquanto vai soltando os mais declarados inimigos do Povo, (caso dos fascistas Tenreiro e Silva Cunha entre outros) assalta casas, cerca e põe a ferro e fogo aldeias inteiras, como em Árgea, Aveiras de Cima e outras, prende trabalhadores, e militares anti-fascistas. Isto tudo para «bem do povo» pelo «socialismo pluralista» «a bem da nação».

Utilizando a repressão militar sobre os trabalhadores, violentando-os constantemente através dos seus órgãos de informação este poder, que é burguês, procura construir o seu «socialismo» assente na miséria e exploração do Povo que diz defender.

Conscientes do perigo real do fascismo, que a política deste Poder abre



A CLASSE OPERÁRIA

MOBILIZA-SE E PASSA À OFENSIVA

as portas a sua entrada, a classe operária, os trabalhadores e os anti-fascistas mobilizam-se, organizam-se e passam à ofensiva.

A Setenave empresa cujos trabalhadores tem estado na vanguarda de grandes lutas travadas contra o capital aprovaram numa Assembleia de delegados sindicais a seguinte proposta:

1 — Formação imediata de um Comité de Luta pela libertação dos mili-

tares e civis antifascistas presos.

2 — Composição: 6 elementos eleitos entre os delegados sindicais mais 2 elementos do Conselho de Trabalhadores da Setenave mais 2 elementos da Gaslimpo mais 2 elementos da ENI mais 2 elementos da Edifer.

3 — Funções:
— Mobilizar as massas trabalhadoras na perspectiva da libertação dos presos antifa-

cistas;

a) Denunciar as formas arbitrarias como se estão a praticar as prisões assim como o tratamento aplicado aos presos;

b) Encontrar formas de esclarecimento junto das massas de forma a mobilizá-las para esta luta;

c) Encontrar formas organizativas de coordenação de trabalho com outros grupos para a mesma iniciativa. Estabelecer contactos e levar

à prática acções comuns de luta com camaradas de outras empresas de forma a que a luta não seja isolada;

4 — O comité deverá promover a unidade na acção. Será autónomo e apartidário.

Os elementos que o compõem serão revogáveis a todo o momento por quem os elegeu:

5 — O comité dissolve-se a partir do momento em que não seja necessária a continuação

do seu trabalho.

Mau grado as tentativas do Poder político-militar burguês, chamado os militares antifascistas presos de contra-revolucionários e acusando-os de implicação no «golpe militar de 25 de Novembro», esses «senhores» não conseguem os seus intentos, porque a maioria desses militares demonstraram na prática estar ao lado dos trabalhadores apoiando-os nas suas lutas, pelo fim

Continua na pág. 4

Unir, organizar, armar e lutar
A REVOLUÇÃO TRIUNFARÁ

PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES

AOS TRABALHADORES DESTE PAÍS

Camaradas, nestes últimos dias sofremos um rude golpe fascista, e os sociais-democratas a espreitar a sua chance inglória.

Eu digo inglório em relação à social-democra-

cia porque ela nunca se implantará em Portugal. Porque a social-democracia não se pode implantar em Portugal?

Porque o nosso capitalismo, é pobre e não conseguirá superar a crise

capitalista europeia e não têm o apoio da classe operária, porque já há sectores da classe organizados e os sociais-democratas teriam de entrar com repressão e aí teriam a resposta dos

trabalhadores.

Portanto camaradas, ou a Revolução socialista ou o fascismo.

Para a Revolução socialista temos nós que nos organizamos nas

fábricas, nos quartéis, nos campos, etc.

Mas camaradas, temos que ser nós não nos podemos agarrar a figuras políticas, porque essas querem o poder e enganam-nos.

Nós, os trabalhadores para querermos a nossa sociedade sem exploração do homem pelo homem, a emancipação da mulher porque nós sem as mulheres não poderemos fazer a Revolução, só uma união pura e sem sectarismos é que conseguiremos o alvo, que é o poder.

Portanto, temos que nos organizar e armar.

FORA COM A CANALHA — O PODER A QUEM TRABALHA PELA INSURREIÇÃO ARMADA VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA

J C

Os acontecimentos do 25 de Novembro - Perspectivas

A direcção do Partido Revolucionário do Proletariado, juntando todos os dados que conseguiu recolher, já forneceu a sua análise sobre o que foi o «25 de Novembro». Respeitando essa versão oficial, por assim dizer, pareceu-me no entanto útil um debate aberto nas páginas do «Revolução», sobre este assunto, que tantas repercussões teve e tem para todos os trabalhadores e revolucionários. Nesse sentido apresento uma contribuição minha a que dei o título:

«Os acontecimentos de 25 de Novembro — Perspectivas»

esta característica que faz com que seja uma força tão perigosa para todos os que tem ambições de poder.

Em Portugal, o poder popular assumiu proporções, desde o 25 de Abril, que verdadeiramente assustaram os seus mais acérrimos inimigos, isto é, toda a direita, a social-democracia e os reformistas (neste caso os comprometidos na política internacional dos dois grandes blocos: americano e soviético).

As tentativas para destruir a esquerda revolucionária tem falhado e de momento só uma força estava em condições de tentar de novo o reformismo. Em primeiro lugar, porque é a única que mobiliza facil-

Continua na pag. 14

INIMIGO COMUM: ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

Imputar à esquerda revolucionária a responsabilidade da sublevação dos pára-quedistas, é não só falso, como, e principalmente, se inscreve num plano de destruição dessas forças.

E a quem interessa afinal o aniquilamento da esquerda revolucionária? Pensamos que a todos os que não se identificam com um projecto que dê de facto todo o poder aos trabalhadores. Estão incluídos neste grande grupo não só, e naturalmente, a burguesia, através dos seus partidos, mas também as correntes reformistas, nas quais incluímos aquelas que anseiam pela reconstrução de «um verdadeiro partido da classe operária», talvez para depois lhe entregarem o Poder. Vemos assim que esta esquerda é de facto, em termos políticos, uma minoria e não teria possibilidades de sobrevivência, se não fosse efectivamente representar todos os trabalhadores, porque se subordina a eles e às suas aspirações. Mas é também exactamente

SEDES

- ALGÉS — Rua Vitor Duarte Pedroso, 15 — Algés de Cima — Telef. 2100337
- AMADORA — Rua Gonçalves Ramos, 40 — Telef. 939525
- ÁRGEA — Telef. 0049/92169
- BARREIRO — Rua Dr. Eusébio Leão, 31 — Telef. 2076745
- BEJA — Rua Alexandre Herculano, 29 — Telef. 0079/24594
- CASTELO BRANCO — Alameda da Liberdade, 16
- COIMBRA — Rua Eça de Queirós, nº33
- COVA DA PIEDADE — Estrada Nacional, 10 — Telef. 2763267/2763397/2763122
- COVILHÃ — Rua Visconde da Coriscada, 60
- ÉVORA — Largo do Chão das Covas, 21 — Telef. 24998
- FARO — Rua Dr. Cândido Guerreiro, 35
- FERRAGUDO — Rua 1.º de Maio
- LAVRADIO — Rua Dr. José Carcano Lobo, 12
- LISBOA — Sede Central do Partido — Rua Castilho, 70 — Telef. 48119/573520/573640
- JORNAL "REVOLUÇÃO" — Rua Castilho, 70
- ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA — Av. da República, 40
- LOULÉ — Av. José da Costa Mealha, 39-1.º — Telef. 0089/63043
- MARINHA GRANDE — Rua Marquês de Pombal, 85
- OLHÃO — Rua 18 de Junho, 64 B-C
- PAREDE — R. Gomes Freire de Andrade, 1 — Telef. 2474142
- PORTIMÃO — Rua 5 de Outubro, 17
- PORTO — Rua Álvares Cabral, 110 — Telef. 315759/315786
- S. JOÃO DA MADEIRA — Rua Jaime Atreixo, 142
- SACAVÉM — Largo 5 de Outubro, 16-17 — Tel. 2512807
- SETUBAL — Colégio Frei Agostinho da Cruz — Rua Jorge de Sousa
- VIANA DO CASTELO — Rua José Espergueira — Telef. 22558

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro, 68 — Telef. 770017

Porta-Voz do PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



Revolução

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinada:

NOME
 MORADA
 LOCALIDADE
 PROFISSÃO

ASSINATURA: Semestral — 90500
 — 185500

PAGAMENTO: Em cheque
 Em Vale

J. PIMENTA

"Ou os trabalhadores lutam pela tomada do poder ou teremos o fascismo"

Os trabalhadores da empresa J. Pimenta tem um passado de luta que veio desde a fuga do ex-administrador João Pimenta, passou pela intervenção do Estado na empresa e nomeação de uma comissão administrativa até à sua participação activa em todo o processo de luta dos trabalhadores da construção civil, que culminou com a concentração em Belém de muitos milhares de trabalhadores e o tão falado «seques-

tro» de responsáveis do Governo.

Desde o 25 de Novembro que estes trabalhadores tem vindo a ser alvo de calúnias, boatos perseguições, enfim, de acentuada repressão, que a direita justifica como sendo devida à «implicação» da comissão de trabalhadores no «golpe aventureirista».

REVOLUÇÃO foi às instalações de Queluz onde falou com alguns elementos da comissão de trabalhadores.

REVOLUÇÃO — Gostávamos que nos explicassem, concretamente, o que é que se passou aqui na empresa, no 25 de Novembro e daí em diante?

Trabalhador — No dia 25 de Novembro, nós reunimo-nos aqui e decidimos, aliás como fizemos também no 28 de Setembro e no 11 de Março enviar a Lisboa 3 carros com rádio para ter informações correctas do que se estava a passar, e para a partir daí, sabermos qual a atitude que devíamos tomar posteriormente. Um carro e uma betoneira, foram a Lisboa e regressaram normalmente. A segunda betoneira, por volta das 8,30 horas quando ia a passar em frente aos comandos da Amadora foi apreendida; dentro dessa betoneira iam 4 camaradas que não pertenciam à comissão de trabalhadores, que foram detidos e estiveram nos Comandos durante 4 dias. Os comandos justificaram essas detenções com o rádio que estava instalado na betoneira e tendo-se chegado a dizer que nós teríamos aqui o centro de transmissões do golpe.

inferior à distancia de Queluz a Lisboa e finalmente, se fossemos aqui o centro de transmissões do golpe, concerteza que não nos tratavamos normalmente pelo nosso nome uns aos outros, etc. É pena que os técnicos de transmissões dos comandos, sejam tão fracos na matéria de que são «especialistas». Simultaneamente os jornais que iam começando a sair, iam dando cobertura a toda aquela história... e aproveitando para fazer uma especulação enorme sobre o assunto a comissão de trabalhadores processou já esses jornais («Expresso», «Jornal Novo», «A Luta», «1.º de Janeiro»).

AS PRISÕES AS BUSCAS

REVOLUÇÃO — Sabemos que se tem feito buscas a instalações da empresa e que se fizeram mais prisões depois dos quatro camaradas que foram posteriormente libertos. Podem contar-nos como isso se tem processado?

TRABALHADOR — Até agora houve ao todo, quatro buscas passadas pelos Comandos às instalações da empresa; 2 buscas em Talaíde outra nos armazéns da Reboleira, uma ida dos Comandos ao Monte Abrão e também à sede para ver uma caixa-forte que aqui temos e para tal vieram com nada mais nada menos que 3 chaimites.

Quanto a prisões, houve, fora os quatro camaradas de quem já falamos, a prisão de mais dois, da comissão, que os Comandos vieram aqui buscar propositadamente (traziam os nomes) soltaram-nos na mesma noite, e no dia seguinte foram a casa deles às oito da manhã e à boa maneira da Pide levaram-nos novamente: Neste momento, encontram-se em Custóias, tanto quanto sabemos, ainda nem sequer foram ouvidos e a única explicação que conseguimos ter por parte dos Comandos, é que estão «altamente implicados no golpe». A comissão de trabalhadores, assim que esses camaradas foram presos, tomou a responsabilidade colectiva das suas pretensas culpas, assim como os trabalhadores da empresa que igualmente se solidarizaram com os camaradas presos. Depois dessas prisões já foram chamados para prestar declarações mais um elemento da comissão e um outro trabalhador.

De qualquer maneira, nós e todos os outros trabalhadores, temos perfei-

ta consciencia que o que eles querem com isto tudo, é fazer guerra psicológica, é desgastar-nos e desunir-nos. Eles sabem que se conseguirem desfazer a comissão de trabalhadores do J. Pimenta, é um passo em frente para desfazer muitas outras, abre um precedente. Eram capazes de não estar à espera era de uma resposta como aquela que os trabalhadores estão a dar, de uma forte união entre trabalhadores e comissão, e dentro da própria comissão. Ninguém está disposto a recuar um milímetro sequer. A nossa união e a nossa força estão a avançar e não é com prisões ou com buscas que eles nos metem medo.

REVOLUÇÃO — Perante tudo isto, pensamos que se torna cada vez mais necessário e urgente, uma resposta da classe trabalhadora ao avanço de direita e uma grande consolidação da sua organização. Como veem vocês uma saída revolucionária para a actual situação, e como pensam que deve ser incentivada a organização dos trabalhadores?

TRABALHADOR — A nível de empresa, a comissão tem-se sempre preocupado em manter os trabalhadores informados através de comunicados e plenários por sector.

A nível nacional, pensamos que é extremamente urgente serem feitos plenários de órgãos de poder popular donde saiam propostas de luta e de organização. Em Lisboa, estamos desde há algum tempo, em contacto com o secretariado nacional provisório da Cintura Industrial de Lisboa, para formação do tal plenário. Pensamos que esta convocação deve partir deste secretariado provisório, porque até 25 de Novembro se mostrou efectivamente com capacidade de mobilização. Notamos com estranheza que este secretariado não está interessado em avançar com a convocação do plenário, ao ponto de dizerem para nós, J. Pimenta, convocarmos o plenário, falarmos com as comissões. Perante estas reticências do secretariado, nós tentaremos ainda durante algum tempo pressionar a convocação do plenário, e

se o secretariado mantiver a mesma posição que tem tido até aqui, nós estamos mesmo dispostos a avançar, e sermos nós a fazer as convocações.

REVOLUÇÃO — Como é que vocês veem a possibilidade de organização da classe operária a partir do 25 de Novembro, e em que moldes?

TRABALHADOR — Pensamos que um dos erros que se cometeram antes do 25 de Novembro, foi a falta de coordenação entre as várias comissões, e a falta de uma plataforma de luta comum. Neste momento, torna-se extremamente importante essa coordenação de trabalho, e pensamos que ainda estão reunidas condições para haver uma resposta das comissões de trabalhadores ao avanço da direita. Essa resposta, não pode ser com o espírito com que eram feitas as manifestações há tempos (reivindicativo), mas os trabalhadores tem que por a questão da tomada do poder ou corre o perigo de uma derrota trágica. Tem que ser as próprias comissões a

Continua na pág. 4



DA PRIMEIRA PÁGINA

Continuação da pág. 1

da exploração e opressão capitalista.

O exemplo dos trabalhadores da Setenave é um exemplo a seguir por todos os trabalhadores deste País. Lutar pela libertação dos militares antifascistas presos não é a paga de uma dívida de gratidão dos trabalha-

dores para com esses militares, mas sim o dever de todos os trabalhadores de se unirem e solidarizarem com aqueles, que tal como eles, lutam pelo fim da exploração do homem pelo homem.

O Comité de Luta da Setenave para a libertação dos militares e ci-

vis antifascistas presos, pretende levar à prática os objectivos para que foi criado. Assim ao mesmo tempo que procura coordenar-se com outros órgãos para o mesmo objectivo pretende levar a efeito nas instalações da empresa uma jornada de luta e solidariedade para com os presos e seus fa-

miliários contando com a presença de operários de outras empresas.

Tal como em 7 de Fevereiro estão dentro dos seus planos de trabalho a realização de uma grande manifestação operária exigindo a libertação dos antifascistas presos.

J. PIMENTA

Continuação da pág. 3

criar um amplo movimento de resposta e não estar à espera, como aconteceu muitas vezes, que os partidos burgueses lhes digam o que devem fazer, eles próprios terão que ultrapassar, e pensamos que na hora da verdade ultrapassarão inevitavelmente as divisões fomentadas no seu seio pelos partidos políticos e terão que tirar o poder

à burguesia de uma forma violenta. É claro que tudo isso exige trabalho e organização, mas nós estamos preparados, e os trabalhadores também, para passar todas as barreiras existentes, porque sabemos que ou lutamos pela tomada do poder, ou teremos neste país muito rapidamente o fascismo implantado.

R.I. DE FARO ANÁLISE DO 25 DE NOVEMBRO

A burguesia militarista reacção, ao por em prática o seu plano da destruição dos militares revolucionários e das suas organizações autónomas, pensou, mas mal, que conseguia reorganizar as suas forças armadas para reprimir as classes trabalhadoras. Mas tal como no RPM, RALIS e em outras unidades da RML, o RI de Faro cria um Comité de Luta para dar uma resposta pronta ao avanço da repressão nas unidades. Assim, no seu comunicado n.º 1 ao analisarem as razões que deram origem ao 25 de Novembro, afirmam:

Assim puderam desencadear uma ofensiva bem orquestrada e já preparada para destruir as unidades progressistas, reprimir os soldados, destruir os soldados, destruir a luta pela democracia no exército, restabelecer a disciplina e a hierarquia militarista, reorganizar as forças armadas como um corpo armado totalmente separado do povo e apto a reprimi-lo.

Foi para tomarem algumas dessas medidas antidemocráticas que decretaram o estado de sítio na RML estando o seu controlo a cargo do fascista Jaime Neves e de forças da PSP e GNR, pois sabiam que os trabalhadores dessa região teriam dado a merecida resposta a esta avançada fascista.

Mais adiante, desmascaram as formas subtis e demagógicas utilizadas sobre os soldados.

Há bastante tempo, que no RIF, o Caminé e outros seus lacaios vinham conspirando contra

os soldados e oficiais progressistas da nossa unidade que mais se vinham destacando na defesa dos interesses dos soldados contra a disciplina militarista e pela colocação da unidade ao lado da luta dos trabalhadores e na interligação com a luta dos soldados nas outras unidades. É esta, sim, a razão fundamental porque estes camaradas foram saneados e não pelas aldrabices que o Caminé nos disse na formatura.

Mas vejamos as aldrabices: os camaradas saneados, foram acusados de manipuladores dos soldados. Mas na verdade quem são os verdadeiros manipuladores dos soldados, serão os camaradas saneados que sempre defenderam e discutiram as posições abertamente nas reuniões e plenários, e defendiam a justa luta dos soldados contra a bruta disciplina militarista, ou serão aqueles que proibem os plenários e a organização dos soldados.

E quem toma as decisões nos gabinetes sem nos consultar, a nós soldados que somos a maioria do quartel e os mais legítimos representantes dos interesses do povo trabalhador?

PERDEMOS UMA BATALHA MAS NÃO PERDEMOS A GUERRA!

Perdemos nestes dias muito do que se havia ganho nestes meses de luta desde o 25 de Abril, mas o povo não desarma e soa já por todo o lado a frase «perdemos uma batalha, mas não perdemos a guerra», o que significa a disposição de melhorar a organização e continuar a luta, tendo agora como objectivo próximo, a ameaça de regresso do fascismo. É também nesta perspectiva, que nós aqui, temos de nos organizar e continuar a luta dentro do quartel, ao lado da luta do povo trabalhador.

Há que lutar:

— Contra os reacionários dentro do quartel, pelo seu saneamento!

— Pela reintegração dos camaradas saneados!

— Pela liberdade dos militares antifascistas presos!

— Pela liberdade de expressão dentro dos quartéis. Queremos plenários e reuniões!

— Liberdade de associação dentro dos quartéis! Queremos Comissões que defendam os nossos interesses!

— Há que informar o povo do que se passa dentro do quartel, para que a nossa luta não fique isolada e para que o povo conheça os reacionários que cá há!

— Queremos o aumento do pré! Pois se há dinheiro para pagar chorudos ordenados aos fascistas saneados, melhor terá de haver para nós que somos quem mais trabalha aqui dentro. Nós também somos gente e não escravos como por enquanto nos vão tratando.

SOLIDARIEDADE DOS CAMARADAS TRABALHADORES

Pelo interesse do seu conteúdo, passamos a transcrever um comunicado da Comissão de Trabalhadores divulgado ultimamente, onde estes camaradas começam por considerar o que tem sido a sua luta nos últimos tempos.

... Rude tem sido a luta que todos nós temos travado contra aqueles que querem à viva força provar que nós, Comissão de Trabalhadores da empresa, estávamos implicados no «golpe» de 25 de Novembro. Nós, Comissão de Trabalhadores não abdicamos de travar esta luta para provar a nossa não implicação no suposto «golpe» apesar da maioria dos trabalhadores saberem que nada tivemos a ver com os acontecimentos de 25 de Novembro, vamos passar a expor a nossa «implicação».

Mais adiante, depois contaremos cronologicamente os acontecimentos e a maneira desonesta (os comandos só souberam dizer até agora que os dois trabalhadores presos estão altamente implicados no 25 de Novembro e que existia na empresa uma organização armada que estaria na origem do «golpe» sem adiantar qualquer outra explicação ou fornecer quaisquer provas), apesar da maneira desonesta como são acusados a comissão de trabalhadores afirma:

«... É evidente que rejeitamos todas estas culpas mas se as temos, porque estarem só estes dois camaradas presos e não toda a Comissão de Trabalhadores? O que se passa por detrás disto tudo?

— Pode estar certa toda a burguesia que compra toda esta mentira, que nós lutaremos sempre;

— Pode estar certa a burguesia dum grande verdade; esta comissão de trabalhadores, órgão representativo da classe operária e seus aliados, está e estará sempre na primeira linha na luta contra a burguesia e o fascismo. Não existirá forma de repressão que nos cale.

Atenção camaradas:

— Lutemos contra a mentira e a calúnia

— Lutemos contra o fascismo e seus aliados

— Lutemos contra a burguesia reacçãoária

ABAIXO A REPRESSÃO

ABAIXO A DITADURA BURGUESA
PELA LIBERTAÇÃO DOS CAMARADAS ANTIFASCISTAS PRESOS
VIVA A CLASSE OPERÁRIA

Como estes camaradas que se estão a organizar para dar uma resposta de classe ao avanço da direita, manter as liberdades conquistadas e avançar com o controlo operário, muitos outros trabalhadores se estão a organizar igualmente. Estamos certos que os trabalhadores unidos e organizados conseguem apresentar uma alternativa revolucionária ao momento presente ou num breve espaço de tempo se verão novamente debaixo de uma ditadura fascista.

MELKA-ÉVORA

Operárias retribuem saudações dos "paras"

Tendo tido conhecimento, através dos jornais, das saudações natalícias revolucionárias, emitidas pelos paras presos em Custóias e dirigidas ao «povo português», operárias da Melka retribuem, através de telegrama, votos expressos de solidariedade.

O gesto destas operárias da Melka-Evora fica como exemplo do que, para já, deve ser de todos os trabalhadores portugueses:

Manifestar a sua solidariedade para com os militares presos que se mostraram solidários para com os trabalhadores ao longo do processo revolucionário iniciado em 25 de Abril de 1974.

Aqui deixam transcrito a título de exemplo o texto do telegrama em causa:

Um grupo de operárias revolucionárias da Melka agradecem e retribuem as Boas Festas e que o Natal seja na realidade uma festa feliz com os paras e todos os antifascistas em liberdade.

UMA CARTA — UMA PREVISÃO

Cornelins Castoriadis (ou Pierre Chalieu ou Paul Cardan) o autor do texto que se segue foi por certo o principal redactor da revista «Socialismo ou Bárbarie», que se publicou de 1949 a 1965 Nesta carta a Anton Pannekoek, o autor expõe as suas concepções sobre o papel do partido e explica claramente que a existência de um partido revolucionário de vanguarda não é de maneira nenhuma incompatível com a organização autónoma dos trabalhadores e que o papel do partido não pode ser simplesmente teórico, mas que ele deve ser capaz de intervir nas próprias lutas dos trabalhadores e nos organismos por eles eleitos e representativos, os Conselhos, e de lutar aí por uma linha política correcta embora respeitando a vontade e as decisões da classe.

Castoriadis também se refere à Revolução Russa, pedra de toque de todas as polémicas (mesmo actuais) sobre o movimento revolucio-

nário internacional e define-a como tendo um carácter socialista na medida em que o proletariado foi (na insurreição e nos meses que se seguiram) a força dominante e essencial, isto apesar de toda a evolução ulterior (num sentido burocrático) que se verificou na sociedade russa.

Não subscrevemos necessariamente todas as ideias de Castoriadis, mas pensamos que os escritos são um contributo para a compreensão de alguns problemas que hoje se põem, como se punham na altura em que ele escreveu esta carta, em 1954, e como se tinham posto no passado. Mas é curioso que numa época de recuo das lutas de massas como em 1954 e de grande retrocesso sob o ponto de vista de objectivos e de organização operária, Castoriadis chega a conclusões a respeito da prática que mais tarde se vem a realizar. Hoje, na realidade portuguesa encontramos muitos dados que demonstram que estava certa a posição de Castoriadis quanto à relação entre partido e organização autónoma.

Antes de discutir os dois pontos referidos na sua carta (natureza da Revolução Russa, concepção e papel do partido), eu queria sublinhar os pontos em que estamos de acordo: autonomia da classe operária enquanto meio e objectivo da sua acção histórica, poder total do proletariado no plano económico e político, como único conteúdo concreto do socialismo. Eu queria aliás sobre isto dissipar um mal entendido. Não é exacto que nós restrinjamos «a actividade destes organismos (soviéticos) à organização do trabalho nas empresas depois da tomada do poder...» Nós pensamos que a actividade dos organismos soviéticos — ou Conselhos de Operários — depois da tomada do poder, estender-se-á à organização total da vida social, quer dizer que enquanto houver necessidade de um organismo do poder o seu papel será desempenhado pelos Conselhos de Operários. Também não é exacto que nós pensemos num papel qualquer dos Conselhos só para o período que se segue à tomada do poder. Sobre isto, a experiência histórica e a reflexão mostram que os Conselhos não podem ser organismos exprimindo verdadeiramente a classe se eles forem criados por decreto no dia seguinte a uma revolução vitoriosa, que eles só serão alguma coisa se forem criados espontaneamente por um movimento profundo da classe, portanto antes da «tomada do poder»; e se é assim, é evidente que eles desempenharão um

RESPOSTA AO CAMARADA PANNEKOEK (S. OU B. n.º 14 BRIL 1954)

Caro camarada Pannekoek;

A sua carta a) deu uma grãnde satisfação a todos os camaradas do grupo; Satisfação de ver

o nosso trabalho apreciado por um camarada brilhante como você e que consagrou toda uma vida ao proletariado e ao socialismo. Satisfação de ver confirmada a nossa ideia de um acordo profundo entre nós e voce sobre os pontos fundamentais; enfim, satisfação de poder discutir consigo e de enriquecer a nossa revista com esta discussão.

Continua na pág. 6

ALBERGUE DOS INVÁLIDOS DO TRABALHO

A TRÁGICA EXISTÊNCIA DOS ASILADOS

Pouco, muito pouco se tem dito em Portugal sobre a situação dos velhos e velhas que vivem em asilo. Muito menos ainda se tem feito por mudar a trágica existência de todos esses seres, gastos ao serviço de uma sociedade que os usou enquanto força de trabalho e que agora tenta ver-se livre deles matando-os discretamente nos asilos.

É chocante e comovente a comunicação que recebemos de um grupo de internados no albergue dos Inválidos do Trabalho.

As palavras contidas nesse comunicado são um documento bem vivo da situação dos asilados e mostram ao mesmo tempo, como até em instituições como os asilos, a corrupção e o roubo são a base do funcionamento dos serviços e da administração.

Vamos transcrever a seguir as passagens mais significativas do comunicado:

«Estamos saturados do mau tratamento a que estamos sujeitos, reclamamos com razões e energeticamente por condições justas e humanitárias (...). No fim de almoçarmos temos apenas só fome, pois só nos servem um pouco de sopa queimada com lombardo podre, que é oferecido para a casa pelo mercado do 24 de Julho, enquanto a hortaliça que é semeada e criada dentro da quinta do albergue é vendida ao público de fo-

ra. A dita sopa é adubada com banha ransosa, um fio de azeite, para amostre e uns feijões encarnados cheios de buracos dos bichos, sem serem lavados uns cozidos outros mal cozidos. (...) Vimos cá para fora, sentamo-nos num banco encostado a um grande muro e pomos a olhar os nossos camaradas, com as lágrimas a cair pelas faces da cara abaixo. (...)

Uns choram comó

crianças, outros pretendem e querem fugir pelo portão fora, outros saem para a rua com ordens do fantoche do regente António Frederico Silva, grande fascista, a fim de se estenderem pelas ruas da capital a mão à caridade pedindo esmola (...).

Outros coitados lamentam-se e com grandes razões pois estão cheios de fome, outros contam os tristes tostões para ver se lhes chega para comerem alguma coisa lá fora, outros derreiam-se mais de mil vezes apanhando as pontas de cigarros do chão para assim poderem satisfazer os seus desejos, outros arrastam os pés já esquecidos da vida acabando por cair aqui e acolá (...).

Nós só temos um copo de vinho à quinta-feira e ao domingo se o quisermos beber temos de o comprar aqui dentro do albergue. Fruta só uma peça e só temos duas vezes por semana, e podre. Manteiga não há para

nós nem o cheiro sequer (...).

Entrou para esta casa uma dispenseira Maria de Lurdes Rebelo que manda pode e quer, põe e dispõe de toda a gente e todos tem medo dela pois parece que é a dona e proprietária do albergue; oferece-nos pancada e até já deu pancada em dois camaradas nossos. Chama-nos miseráveis e pedintes. (...) Rouba tudo quanto pode da dispensa, leva pra casa à descarada e ninguém diz nada. É a mulher bonita da casa. Está gorda, parece uma porca. Agora nós andamos com a barriga colada às costas (e ainda nos dizem senão estão bem, vão-se embora).

O fantoche do regente António Frederico Silva vai para o refeitório dos internados com as mãos colocadas na cintura, parece uma vendedeira do mercado, grita conosco, chega a pegar nos braços dos internados de forma tal que deixa ficar os dedos da mão dele bem marcados nos

braços dos nossos camaradas. Oferece-nos pancada.

Dentro desta casa, encontram-se duas funcionárias da assistência, Maria da Luz e a segunda de nome Maria, o resto do nome não sabemos; uma destas senhoras pretendeu ir verificar a alimentação dos retornados à cozinha e o director José Pedro Pimenta da Gama pos a referida senhora por um braço fora da cozinha e proibiu-a de aí entrar.

Pedimos com a maior urgência possível o saneamento dos fantoches burgueses e fascistas: o regente António Frederico Silva, o coronel secretário-geral Candido Casimiro Silva, a enfermeira Otilia Gomes Ferreira, o director clínico dr. Manuel Mendes Gomes da Silva (só sabe passar certidões de óbito cuja tabela é sempre a número 85 — a trombose), a servente de enfermaria Alda da Conceição, a servente Maria Isabel Cartaxo, a servente Ester, o encarregado dos prédios

Carlos Ferreira, o escrivão Vasco, a escriturária Maria de Jesus, a tesoureira Elvira, a lavadeira Rita Candida, a encarregada da rouparia Beatriz a servente Arminha Pereira e as empregadas da rouparia Maria Alice Rebelo, Cristina, e Rosalina. Já não é sem tempo que devam ser saneados e varridos para a rua esta podridão ao serviço do fascismo e da burguesia (...).

Estamos a viver um verdadeiro e num verdadeiro inferno e ainda nos ameaçam com a rua.

E nós os muitos que aqui estamos não temos ninguém (...).»

O jornal «Revolução» irá muito em breve debater-se sobre os problemas dos asilos de infância e de velhos numa tentativa de esclarecimento da trágica situação e também de denúncia da miséria a que são votados os asilados em Portugal.

UMA CARTA — UMA PREVISÃO

Continuação da pág. 5

papel primordial durante todo o período revolucionário, cujo começo é precisamente marcado (como eu o dizia no meu texto sobre o partido no n.º 10 b0 pela constituição dos organismos autónomos das massas.

A QUESTÃO DO PARTIDO

Onde há, com efeito, uma real diferença de opiniões entre nós, é sobre a questão de saber se, durante este período revolucionário, estes Conselhos são o **único** organismo que joga um papel efectivo na condução da revolução, e, em menor medida, qual é o papel e a tarefa dos militantes revolucionários daqui até lá. Quer dizer, a «questão do partido».

Voce diz que «para conquistar o poder» só temos a fazer é o «partido revolucionário, que tome a direcção da revolução proletária». E mais à frente, depois de ter lembrado justamente que há, ao nosso lado, uma meia dúzia de outros partidos ou grupos que se reclamam da classe operária, voce acrescenta: «Para que elas (as massas nos seus Conselhos) decidam pela melhor maneira possível, elas devem ser esclarecidas por opiniões bem intencionadas e vindas do maior número de lados possível». Eu receio que esta maneira de ver a coisa não corresponda em nada às características ao mesmo tempo mais complexas e mais profundas da situação actual e previsível da classe operária. Porque estes outros partidos e grupos de que voce fala não representam simplesmente opiniões diferentes sobre a melhor maneira de fazer a revolução, e as sessões dos Conselhos não serão reuniões calmas de reflexão onde, depois das opiniões dos diversos delegados (os representantes dos grupos e partidos), a classe operária decidirá seguir esta ou aquela linha. A partir da constituição dos organismos da classe operária, a luta de classes será levada ao próprio seio destes organismos: será aqui levada pelos representantes da maior parte destes «grupos ou partidos» que se reclamam da classe operária mas que, geralmente, representam os interesses e a ideologia das classes hostis ao proletariado, como os reformistas e os estalinistas. Mesmo que não os encontremos aí sob a sua forma actual, encontrá-lo-emos, a estes últimos, sob outra qualquer forma, disso podemos estar certos. Com toda a certeza, eles terão ao princípio uma posição predominante. E toda a experiência dos últimos vinte anos — da guerra civil de Espanha, da ocupação (em França) e até e inclusive a experiência da mínima reunião

sindical actualmente — ensina-nos que os militantes que tem as nossas opiniões deverão conquistar pela própria luta o **direito à palavra** no seio destes organismos.

A intensificação da luta de classes durante o período revolucionário tomará inevitavelmente a forma de intensificação da luta das diferentes fracções no seio dos organismos de massa.

Nestas condições, dizer que uma organização revolucionária de vanguarda se limitará a «esclarecer por opiniões bem intencionadas» os Conselhos é, penso eu, o que se chama em ingles um «understatement» (1). Ao fim e ao cabo se os Conselhos do período revolucionário fossem essas assembleias calmas onde ninguém vem impedir o sossego necessário a uma boa reflexão, nós seríamos os primeiros a felicitá-los; nós temos a certeza, com efeito, que a nossa opinião prevaleceria se as coisas se passassem desta maneira. Mas só nesse caso é que esse «partido ou grupo» se, poderia limitar às tarefas que voce lhe confere. E este caso é de longe o menos provável. A classe operária que formará os Conselhos não será uma classe diferente daquela que existe hoje; ela terá dado um enorme passo em frente mas, para utilizar uma expressão célebre, ela trará ainda no bojo os estigmas da situação de que procede. Ela será superficialmente dominada pelas influencias profundas hostis, às quais só se oporão a sua vontade revolucionária ainda confusa e uma vanguarda minoritária. Esta deverá por todos os meios compatíveis com a nossa ideia fundamental da autonomia da classe operária alargar e aprofundar a sua influencia nos Conselhos, trazer ao seu programa a maioria. Ela terá mesmo talvez de agir **antes**; que deverá ela fazer se, representando 45 por cento dos Conselhos, ela se apercebe que um partido neostalinista qualquer se prepara para tomar o poder no dia seguinte? Não deverá ela tomá-lo imediatamente?

TOMADA DO PODER E BUROCRACIA

Não creio que voce esteja em desacordo com tudo isto; penso que o que voce visa sobretudo nas suas críticas é a ideia do partido «direcção revolucionária». Eu tentei no entanto explicar que o partido não podia ser a direcção da classe, nem antes, nem depois da revolução: nem antes porque a classe não o segue e porque ele só podia dirigir uma minoria (e mesmo assim «dirigi-la» num sentido muito relativo: influenciá-la pelas suas ideias e a sua acção exemplar); nem

depois, porque o poder proletário não pode ser o poder do partido, mas o poder da classe através dos seus organismos autónomos de massa. O único momento em que o partido pode aproximar-se de um papel de direcção efectiva, como corpo que procura impor a sua vontade, pela violencia pode ser uma certa fase do período revolucionário imediatamente precedente ao desenlace do mesmo; as decisões práticas importantes podem vir a ser tomadas fora dos Conselhos se os representantes de organizações de facto contra-revolucionárias neles participem, o partido pode lançar-se sob a pressão das circunstancias numa acção decisiva mesmo se ele não é seguido em votos pela maioria da classe. Fazendo isto, o partido não agirá como corpo burocrático visando impor a sua vontade à classe, mas como expressão histórica da própria classe dependente duma série de factores, que se pode discutir abstractamente desde já, mas cuja apreciação concreta só poderá ter lugar naquele momento: que proporção da classe está de acordo com o programa do partido, qual é o estado ideológico do resto da classe, onde se trava a luta com as tendencias contra-revolucionárias no seio dos Conselhos, quais são as perspectivas ultteriores, etc. Traçar desde já uma série de regras de conduta para os diversos casos possíveis seria sem dúvida estéril; podemos estar certos de que os únicos casos que se apresentarão serão os casos não previstos.

Há camaradas que dizem: traçar esta perspectiva, é deixar o caminho aberto a uma possível degenerescência do partido num sentido burocrático. A resposta é: não a traçar, significa aceitar desde já a derrota da revolução ou a degenerescência burocrática dos Conselhos, e isto não como uma possibilidade, mas como uma certeza. Afinal, recusamo-nos a agir com medo de nos transformarmos em burocratas, parece-me tão absurdo como renunciarmos a pensar com medo de nos enganarmos. Assim como a única «garantia» contra o erro consiste no exercicio do próprio pensamento, a única «garantia» contra a burocratização consiste numa acção permanente num sentido antiburocrático, lutando contra a burocracia e demonstrando praticamente que uma organização não burocrática de vanguarda é possível, e que ela pode estabelecer relações não burocráticas com a classe, porque a burocracia não nasce de concepções teóricas falsas, mas das necessidades próprias da acção operária numa certa etapa da mesma, e é na acção que se deve mostrar que o proletariado pode passar sem a burocracia. Afinal, ficar sobretudo preocupado pelo medo da burocratização, é esquecer que nas condições actuais uma organização só poderá conquistar uma influencia notável nas massas na condição de exprimir e de realizar as suas aspirações antiburocráticas; é esquecer que um grupo de vanguarda só poderá existir verdadeiramente se se modelar constantemente sob as aspirações das massas; é esquecer que já não há lugar para a aparição de uma nova organização burocrática. O fracasso permanente das tentativas trotskistas de recrear pura e simplesmente uma organização «bolchevique» encontra aqui a sua causa mais profunda.

Para terminar estas reflexões, eu penso que não se pode dizer que no actual momento (e daí a possibilidade de revolução) a tarefa de um grupo de vanguarda seja «teórica», eu creio que esta tarefa é também e sobretudo uma tarefa de luta e de organização. Porque a luta de classes é permanente, com os seus altos e baixos, e a maturação ideológica da classe operária faz-

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA ERNESTO E LUÍS

REABERTURA DOS TRABALHOS

A U. P. E. L. está virada fundamentalmente para a formação teórica e técnica de militantes revolucionários, pretendendo partir da sua prática correcta de luta nos locais de trabalho. Propõe-se assim de enolerm a consciencialização de forma mais alargada através de debates e colóquios e promover realizações de carácter cultural em apoio ao Poder Popular e na perspectiva da Insurreição Armada.

Assim, teremos várias iniciativas:

— Cursos com carácter regular, que funcionam cada um com uma aula semanal: História, Filosofia, Economia. (Estes cursos poder-se-ão desdobrar em vários níveis de aprofundamento do seu conteúdo, e não há sobreposição de horários de modo a permitir a frequência simultânea de todos eles).

Para estes cursos, as inscrições estão abertas a todos os trabalhadores e militantes revolucionários que nesles estejam interessados.

— Debates (abertos), com uma certa periodicidade, promovidos por grupos de trabalho que funcionam à volta de temas como Economia e Controlo Operário, Habitação,

Ensino, Saúde, Psicologia, etc., e outros sobre questões fundamentais que se põem ao Proletariado Português: — Poder Popular — Insurreição Armada — Revolução Cultural.

— Projecção de filmes seguida de debate, nas instalações da U. P. E. L., e continuação do Festival de Cinema Revolucionário em vários locais do País.

— Contactos com revolucionários estrangeiros presentes em Portugal no sentido da promoção de debates sobre as experiências revolucionárias nos seus países.

A Universidade Proletária Ernesto e Luís é um centro revolucionário ao serviço do Proletariado e da Revolução Socialista.

HORÁRIO

SEGUNDA: debate.
TERÇA: Materialismo Histórico
QUARTA: Economia
QUINTA: Materialismo Dialéctico
SEXTA: Economia e controlo operário (debate)
SABADO

(às 21. 30 horas)

COMANDOS DA AMADORA FAZEM ASSALTO E BUSCA À UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

Durante a tarde de terça, dia 15, as instalações da Universidade Proletária Ernesto e Luís na Av. 5 de Outubro foram assaltadas pelos Comandos da Amadora e sujeitas a busca destinada a procurar armas. Encontraram e levaram duas espingardas de brinquedo, de pressão de ar.

Esta Universidade destina-se como é do conhecimento público a fornecer instrumentos teóricos à classe operária e aos trabalhadores em geral. As suas aulas decorreram durante o ano passado, incluindo Economia, Filosofia, História do Movimento Operário, Sociologia, Violência no Processo Revolucionário e Artes Marciais, e estão prestes a reabrir este ano, só ainda não o tendo feito devido à crise política. Decorrem entretanto naquela casa trabalhos ligados ao funcionamento de vários grupos de estudo. Por decisão da Comissão da Universidade e do Plenário de Professores a frequência foi restringida a operários e trabalhadores pobres dos serviços, não sendo permitida a frequência por universitários.

Como se verifica trata-se duma organização destinada a fornecer aos explorados que o queiram, conhecimentos teóricos que lhes permitam uma maior capacidade de avaliação da realidade que os rodeia. Trata-se evidentemente dum instrumento para os oprimidos. É a Universidade para aqueles cujas famílias não lhes puderem pagar a universidade burguesa.

Pois é aí que os Comandos vão procurar armas, sendo por demais público que o P. R. P. a que essa Universidade está ligada, não possui neste momento qualquer arma, a partir da altura em que se desligou organicamente das brigadas revolucionárias.

Pergunta-se: já fizeram buscas no P. P. D., no C. D. S., em todas as organizações e ramificações da direita? Não. Sabe-se dos sinais da presença do E. L. P. e dos seus mentores. É perseguida essa gente? Não. São os trabalhadores, as cooperativas as clínicas populares, a universidade proletária que são perseguidos.

Esta escolha feita pelo poder militar mostra claramente qual é a classe que escolheu — a burguesia. De facto não há Forças Armadas, neutras, são sempre o suporte duma classe. Após o 25 de Abril as Forças Armadas deram muitas vezes provas, apesar das suas contradições internas, de estar ao lado dos trabalhadores.

Hoje, após o 25 de Novembro, as Forças Armadas escolhem a posição que assume o exercito regular, na sociedade capitalista — é um aparelho de suporte da classe no Poder: a burguesia. Mas em Portugal depressa ultrapassam o carácter «democrático» para virem a assumir de dia para dia, um carácter cada vez mais fascista. Em fascismo, extremamente violento acabará esta situação se os trabalhadores e os revolucionários não se organizarem para lutar e para o derrubar.

Lisboa, 16 de Dezembro de 1975

Pela Comissão da Universidade

A REPRESSÃO NOS QUARTÉIS



Depois do 25 de Abril de 1974 como reflexo do desencadeamento das lutas da classe operária a nível das unidades industriais, tal como as dos soldados nos quartéis, a burguesia no Poder viu desintegrar-se os seus órgãos repressivos necessários para a sua subsistência como classe opressora, sobre as massas trabalhadoras. E como historicamente, está provado nenhuma classe no Poder consegue sobreviver, senão através de uma ditadura violenta sobre as outras classes antagónicas, (por isso as democracias pluralistas não passam de pura demagogia).

Assim as mais variadas formas de conciliação das facções burguesas, a que assistimos desde o I ao VI Governo Provisório não conseguiram sobreviver. Porque cada vez mais lhes faltava umas forças armadas de classe, e o Estado organizativo dos trabalhadores através dos seus órgãos de Poder (CRT, CT, CM) se encontravam numa fase de coordenação com os soldados e oficiais revolucionários (através das suas organizações autónomas os SUV que perspectivam também a criação de órgãos de poder nos

quartéis — as comissões de soldados) — na perspectiva da insurreição armada.

Logo, a tarefa principal para assegurar a sua sobrevivência, era reconquistar o seu exército, ai surgiram vários planos a nível administrativo que passavam pela destruição do COPCON, pelo controlo da R. M. L. e pelo afastamento dos soldados e oficiais revolucionários, que pela sua prática ao lado da classe operária eram um inimigo a abater. Os seus intentos saíram frustrados devido à oposição e capacidade de resposta dos trabalhadores e dos soldados. Como a luta de classes é uma luta violenta de vida ou de morte, e a burguesia bem o sabe (apesar de demagogicamente tentar iludir os trabalhadores com formas de evolução pacífica) assim desde a constituição do VI Governo que estava em elaboração um plano de aniquilamento da esquerda revolucionária, nesse plano existiam influências que iam desde a C. I. A. passando pela burguesia nacional incluindo certos sectores do reformismo. É no aproveitamento pelo reformismo da luta dos páras, que a direita fascista põe em prática

aquilo que os sectores mais reaccionários vinham há muito e já de uma forma aberta propondo.

O 25 de Novembro desencadeia a mais violenta forma de repressão, igual aos tempos do fascismo onde são utilizados métodos que não ficam a dever em nada aos utilizados pela P. I. D. E. Assim os militares progressistas são presos e enviados para Custódias onde a maior parte se encontra incomunicável há cerca de 25 dias. Nas unidades os CMDT's progressistas são afastados e substituídos por oficiais reaccionários na grande maioria saneados por comprometimento no 28 de Setembro e no 11 de Março, os soldados e milicianos são postos de licença registada ou na disponibilidade, acontecendo em muitas unidades ficarem só os sargentos e oficiais de guarda. Mas isso não chega. Para que a burguesia reconstrua a sua máquina repressiva é não só necessário afastar os militares revolucionários, mas destruir todas as formas de organização democráticas existentes e transformar os soldados em máquinas de guerra telecomandadas, para desencadear

as mais ferozes formas de repressão sobre os trabalhadores, as suas organizações e as suas lutas, como por exemplo: «caso TAP», destruição cobarde à bomba dos emissores da R. R., rusgas e assaltos a cooperativas, prisões de revolucionários, e novos 28 de Setembro e 11 de Março.

Não podemos deixar que os oficiais reaccionários instalados nos centros de Poder se organizem para nos manejar como bonecos, e que ponham trabalhadores fardados a reprimir outros trabalhadores. Cada soldado deve lembrar-se que hoje está no Exército e amanhã está na fábrica ou no campo. Não pode permitir que a burguesia utilize para formar umas Forças Armadas reaccionárias e fascistas. Para isso é necessário mais do que nunca que nos organizemos rapidamente, e passemos à ofensiva.

Os trabalhadores e os revolucionários terão que encontrar em função das novas condições concretas formas organizativas que não permitam o regresso e perspectivem a curto prazo a insurreição armada e a tomada do Poder pelas classes trabalhadoras.



A prática fascista de um governo de "democratas"

Três semanas se passaram desde o 25 de Novembro e os trabalhadores, os revolucionários deste País olham apreensivos o incrível avanço das forças da burguesia. O poder político-militar toma cada vez mais uma feição de direita fascista, apesar das contradições engendradas no seu seio e das ilusões sociais-democratas de um número ainda considerável dos seus detentores. O vocabulário de esquerda que a «linha dos nove» usa, é cada vez mais hipócrita e vazia. Prostituídas estão mais do que nunca as palavras desta língua em que nada já tem um significado claro. Os senhores de Belém, de S. Bento, dos comandos de unidades militares falam ainda em socialismo, em revolução socialista, em contra-revolução. O que é isto hoje para a classe

operária que vê cada vez mais ameaçadas as suas conquistas? Que ouve o Primeiro-Ministro, a par de falas mansas de «defesa da democracia» dizer pinochadas como as ameaças de por fim aos órgãos de poder popular, democracia directa? O que é esta «democracia» para uma classe operária que vê prender os seus irmãos de classe, os soldados que se afirmaram revolucionários e os oficiais que se puseram ao seu lado na luta contra a burguesia, contra a exploração? Que vê prender camaradas seus, operários e camponeses, acusados do crime de estarem organizados contra o fascismo e o capitalismo? A classe operária e os revolucionários cada vez mais sabem bem (e o 25 de Novembro foi uma lição) que por muito boa

vontade tenham os nove e quejandos, a sua alternativa é zero e porque é zero, o caminho que eles apontam é o fascismo, cuja ameaça cada vez mais se faz sentir. O que é senão fascismo as prisões que se abrem as portas aos Tenenteiros, aos Kaulzas? O que é senão fascismo a repressão aos camaradas estrangeiros, as buscas a casas, a sedes de partidos de esquerda, á sindicatos, a cooperativas, á clínicas populares, e até á infantários e igrejas? Quando a GNR, PSP, os comandos do Jaime Neves, ou outros entram pela noite adentro nos locais «suspeitos» (de esquerda, é claro) á procura de armas, são mãos, palavras e olhos de fascistas que trazem.

Á clínicas popular comunal da Cova da Piedade também foram os fuzileiros!!! Revistaram tudo, viram tudo. Viram os bisturis, a sala de partos, a secção de pediatria, os medicamentos. No Sindicato dos rodoviários e dos escritórios, os comandos arrombaram portas, viram tectos e armários. Na Associação de Amizade Revolucionária Portugal-Itália fizeram buracos, prenderam militantes estrangeiros. Tudo o que cheire á esquerda é vasculhado pelos pides do poder político-militar que se instalou em 25 de Novembro. Foi o infantário do Cacém, casas ocupadas na Amadora e Carcavelos, as cooperativas da zona de Alcoentre. Na Torre Bela os camponeses foram brutal-

mente obrigados a levantar-se de madrugada, enquanto a EPC de Santa-rém fazia a sua revista. Grande alarido fez a burguesia dizendo que grande quantidade de material de guerra tinha sido encontrado. Esse «material de guerra» eram 7 cadeiras, propriedade antiga dos camponeses, 1 pistola, facas de cozinha, utensílios de lavou-ra. O poder que é da burguesia, tem necessidade de calar aqueles que representa, mostrando-lhes que cumpre o seu serviço. É claro que a burguesia treme ao pensar nas armas que foram conseguidas pelos trabalhadores e pelos revolucionários durante estes meses. Por isso o poder lança um mandato de captura ao capitão Fernandes com fotografias e tudo, e diz que as armas

estão a ser recuperadas aos poucos, mas que qualquer dia já lá estão todas. É claro que só as dos revolucionários. As 50 000 do PPD, nem pensar. Essas estão ao serviço da «revolução»!... Como as do ELPI... Em Argea tudo foi revistado. A cooperativa. A sede do PRP (a de Argeal...)

E tudo isto em nome do socialismo! Os trabalhadores sabem muito bem no entanto o que são estes «socialistas» e o que pretendem (ou não pretendem, mas cuja prática a isso conduz). E sabem que cada vez mais tem que se organizar em todos os campos de luta. Penetrar em todos os lugares. Organizar-se nas fábricas nos campos e ainda nos quartéis. Repensar a táctica que é possível pa-

RALIS 17/12/75

Juramos estar sempre sempre ao lado do povo



No dia 21 de Novembro de 1975 no Regimento de Artilharia de Lisboa, realizou-se o juramento de bandeira do último turno de 1975, de recrutas o qual teve a presença de operários e populares e moradores

da zona vizinha (7.ª zona) assim como familiares dos soldados. Estiveram também presentes o comando do RALIS e o chefe do Estado-Maior do Exército, general Carlos Fabião.

Uma operária da indústria têxtil falou em nome da comissão coordenadora mista das comissões de trabalhadores da zona do RALIS e, saudando os soldados disse: «Cabe-me a honra, pela primeira vez concedida a uma operária deste país, de vos dirigir algumas palavras no dia em que prestares juramento de bandeira...» Este juramento tem obrigatoriamente de marcar mais um passo na caminhada

capacidades, com voluntária aceitação da disciplina revolucionária, contra o fascismo, contra o imperialismo, pela democracia e poder para o povo, pela vitória da Revolução Socialista».

Este texto foi redigido e aprovado pelos soldados recrutas do RALIS.

Depois do 25 de Novembro:

Despacho do novo chefe de Estado-Maior do Exército General Ramalho Eanes, considera nulo e sem efeito o juramento de bandeira revolucionário realizado no RALIS no dia 21 de Novembro.

O despacho considera que o juramento «que se processou com manifesto desrespeito das disposições legais que o regulam».

Os recrutas deverão ser convocados pelo Comando do RALIS para as unidades mais próximas das suas residências para aí efectuarem novo juramento de bandeira.

Aos que se recusarem «deve ser levantado auto de corpo de delito por crime de insubordinação».

Camaradas, não podemos permitir isto. Os trabalhadores, os operários e camponeses, soldados, marinheiros e revolucionários terão uma vigorosa resposta a dar.

É a descarada destruição dum dos principais baluartes do movimento revolucionário português, do Poder Popular.

A burguesia na ansia de recuperar rapidamente o terreno perdido em favor dos trabalhadores, mais claramente mostra a sua verdadeira face reaccionária. Isto significa a destruição da organização dos soldados que avança nos quartéis no sentido da defesa dos seus interesses de classe, e dos seus irmãos de classe — os operários nas fábricas. Assim podem ver-se os quartéis a regressar de novo aos

métodos antidemocráticos, á observancia e imposição do RDM fascista.

Uma coisa ficou nos soldados, ficou nos operários e nos camponeses; a consciencia de classe, a capacidade de organização que sem dúvida saiu reforçada.

Significa também uma ofensiva directa da direita sobre a aliança dos soldados com a classe trabalhadora que aproveita já, para acabar com a democracia directa que desafia a existencia deles próprios, mas que é por outro lado á única forma possível e revolucionária de caminhar para a efectiva e profunda transformação da sociedade portugues e, enfim, da sociedade de classes.

Mais lições daqui podemos tirar, mas concluímos sempre que estas medidas pretendem a recuperação pela burguesia capitalista de toda a máquina militar, órgão fundamental de controle sobre o povo.

Concluímos também que estas medidas, tal como a prisão dos militares revolucionários, as buscas, as rusgas, a política da informação, etc., não conduzem ao poder popular e consequentemente á sociedade socialista, mas pelo contrário a um sistema repressivo em que a direita se agarra ao poder, o que nas condições concretas globais da sociedade portuguesa conduzirá a curto prazo ao fascismo.

Camaradas, temos de dar resposta a isto. Estamos em causa as conquistas alcançadas pelos trabalhadores e soldados e estão em causa as possibilidades reais de uma revolução socialista na Europa a que Portugal pode a curto prazo abrir caminho.

Temos de dar resposta e fá-lo-emos com a nossa organização e a nossa força. Unidos, organizados e armados, venceremos.

ÁRGEA

VITIMA DAS FORÇAS DA ORDEM

Na noite de quinta-feira para sexta (de 11 para 12) houve grande movimentação de carros segundo supomos a fazer reconhecimento. Também na quinta-feira (11) passou o jipe da G.N.R. em Argea várias vezes e em vários locais diferentes como a certificar-se de qualquer coisa. Pelas 8 horas da manhã de sexta estava a aldeia ocupada e também as saídas bloqueadas. Um canhão sem recuo estava num ponto que dominava a aldeia a cerca de 1 km.

Houve trabalhadores que não puderam ir trabalhar pois não podiam sair para fora da aldeia e foram obrigados a ir para casa. No fim de terem as saídas todas cortadas e de estarem estacionados, começaram as buscas. Começaram pela cooperativa-9 (comunal) vasculhando tudo com o detector electro-magnético, foram revistadas a pente fino 5 instalações da cooperativa, uma casa particular que fica ao lado do curral da cooperativa. A sede do P.R.P. foi minuciosamente revistada, o café de um individuo ex-L.U.A.R. foi minuciosamente revistado e o estabelecimento comercial (loja) de outro morador que pertence á comissão de moradores foi também revistado assim como a sua casa particular foi também desarrumada, gavetas abertas, etc. Entretanto talvez pelas 10 horas vieram alguns trabalhadores que se en-

contravam nas empresas e começámos por mobilizar as pessoas mais combativas arrancando com uma manifestação que percorreu as ruas da aldeia onde estavam militares e G.N.R. gritando palavras de ordem, como:

Morte á G.N.R., fora com os oficiais reaccionários, soldados sempre, sempre ao lado do povo, revistem os ricos e não os pobres. Esta manifestação começou com umas 15 pessoas incluindo uma mulher e que terminou com a maioria da população de Argea fazendo minicomicios com os soldados discutindo politicamente inclusive as pessoas que contestam a política, fazendo-lhes ver que estavam a agir mal e que aquela operação visava dar porrada no povo. Na Cooperativa existem colchões do exército que foram metidos num jipe para irem para Torres Novas. Porém, a população opõe-se cercado e não

permitindo que saísse. Houve resistencia da parte dos militares e G.N.R. acabando por desistir. Os elementos da Cooperativa não alinharam na manifestação embora depois viessem a ter boas intervenções. Ás 12 horas os militares e a G.N.R. resolveram ir embora pois estavam a ser contestados pela população e então o largo ficou cheio de pessoas que discutiam politicamente com os militares enquanto outras pessoas choravam e gritavam, talvez ao adquirirem consciencia e ao verem todo aquele aparato bélico, que causava um grande efeito psicológico. A retirada deste aparato militar fez-se de forma precipitada enquanto a população ia para a G.N.R. e os oficiais reaccionários.

A Cooperativa de Argea tem mais duas instalações, uma perto de uma aldeia — Velhas — e outra perto de Torres Novas que também foram revistadas.

O povo da Argea reage

Após o assalto de que foi vítima a vila de Argea, o povo reuniu-se em plenário e aprovou por aclamação a seguinte moção:

«Os trabalhadores de Argea, reunidos em plenário no dia 13-12-75 pelas 21 horas, reconhecendo a suja provocação lançada pelo VI Governo Provisório á boa maneira fascista contra o povo de Argea e que se enquadra no avanço da direita reaccionária.

Considerando, a forma vil que os oficiais reaccionários utilizaram para poderem á vontade violarem as casas dos trabalhadores honestos. Considerando, que é um acto fascista virem algumas centenas de militares e G.N.R.'s para uma aldeia e com grande aparato bélico, assustar as pessoas como nunca se viu no tempo do fascismo, e até reprimi-las como aconteceu.

Considerando, que conscientes de que só na continuação da luta contra o domínio do capital e do imperialismo e das classes que representam, permitirá ás classes trabalhadoras avançar no caminho da revolução.

- Exigem:
- 1.º Que sejam indemnizados todos os trabalhadores que não se puderam deslocar para os locais de trabalho, por não os autorizarem a abandonarem a casa.
 - 2.º Que nunca mais se façam buscas a casas de trabalhadores como aqui aconteceu, e que se façam buscas sim ás casas dos

grandes inimigos do povo, que são o maior cancro desta sociedade que se quer tornar verdadeiramente socialista.

3.º Que seja exigido ao Conselho da Revolução que peça desculpas públicas ao povo de Argea, pela forma como foi conduzida a operação, violando o que está determinado pela lei que permite a busca — já que houve impedimento de livre circulação das pessoas, violação do direito ao trabalho, violação da intimidade — e sejam imputadas responsabilidades.

4.º O povo de Argea repudia energicamente a atitude das Forças Armadas e militarizadas intervenientes na operação que penetram na aldeia em atitude de guerra com bala na câmara e em posição de tiro, o que levou á acidentes com disparos de armas inclusive junto de um menor com dezoito meses, que felizmente não causaram vítimas.

5.º Ao comandante da operação. A formação imediata de um Governo Revolucionário que adopte uma política definida de ataque ao capital e ao imperialismo, que permita avançar no sentido da tomada do Poder pelos trabalhadores sob a direcção dos operários e camponeses.»

Aprovado por unanimidade e aclamação.

Argea, 13-12-75

O povo da Argea apoia militares presos

No mesmo plenário em que o povo de Argea reagiu á provocação de que foi vítima, aprovou por aclamação a seguinte moção:

O povo de Argea reunido em plenário no dia 13-12-75 pelas 21 horas para analisar a provocação de que foi alvo no dia anterior e fazendo a análise da situação política considera que o golpe de 25 de Novembro foi uma provocação á esquerda revolucionária civil e militar, no sentido de a liquidar.

Considerando que os militares presos sempre demonstraram ao longo destes meses estarem ao lado dos trabalhadores e órgãos de poder popular e por isso mesmo foram encarcerados, indo fascistas e elpistas ocupar o lugar deles.

Exigimos a imediata libertação dos militares antifascistas presos e a sua reintegração nas Forças Armadas.

A prática fascista de um governo de "democr

Três semanas se passaram desde o 25 de Novembro e os trabalhadores, os revolucionários deste País olham apreensivos o incrível avanço das forças da burguesia. O poder político-militar toma cada vez mais uma feição de direita fascista, apesar das contradições engendradas no seu seio e das ilusões sociais-democratas de um número ainda considerável dos seus detentores. O vocabulário de esquerda que a «linha dos nove» usa, é cada vez mais hipócrita e vazia. Prostituídas estão mais do que nunca as palavras desta língua em que nada já tem um significado claro. Os senhores de Belém, de S. Bento, dos comandos de unidades militares falam ainda em socialismo, em revolução socialista, em contra-revolução. O que é isto hoje para a classe

operária que vê cada vez mais ameaçadas as suas conquistas? Que ouve o Primeiro-Ministro, a par de falas mansas de «defesa da democracia» dizer pinochadas como as ameaças de por fim aos órgãos de poder popular, democracia directa? O que é esta «democracia» para uma classe operária que vê prender os seus irmãos de classe, os soldados que se afirmaram revolucionários e os oficiais que se puseram ao seu lado na luta contra a burguesia, contra a exploração? Que vê prender camaradas seus, operários e camponeses, acusados do crime de estarem organizados contra o fascismo e o capitalismo?

A classe operária e os revolucionários cada vez mais sabem bem (e o 25 de Novembro foi uma lição) que por muito boa

vontade tenham os nove e quejandos, a sua alternativa é zero e porque é zero, o caminho que eles apontam é o fascismo, cuja ameaça cada vez mais se faz sentir.

O que é senão fascismo as prisões que se fazem arbitrariamente, todos os dias, de revolucionários enquanto se abrem as portas aos Tenreiros, aos Kaulzas? O que é senão fascismo a repressão aos camaradas estrangeiros, as buscas a casas, a sedes de partidos de esquerda, a sindicatos, a cooperativas, a clínicas populares, e até a infantários e igrejas?

Quando a GNR, PSP, os comandos do Jaime Neves, ou outros entram pela noite adentro nos locais «suspeitos» (de esquerda, é claro) à procura de armas, são mãos, palavras e olhos de fascistas que trazem.

À clínica popular comunal da Cova da Piedade também foram os fuzileiros!!! Revistaram tudo, viram tudo. Viram os bisturis, a sala de partos, a secção de pediatria, os medicamentos.

No Sindicato dos rodoviários e dos escritórios, os comandos arrombaram portas, viram tectos e armários.

Na Associação de Amizade Revolucionária Portugal-Itália fizeram buracos, prenderam militantes estrangeiros.

Tudo o que cheira a esquerda é vasculhado pelos pides do poder político-militar que se instalou em 25 de Novembro. Foi o infantário do Cacém, casas ocupadas na Amadora e Carcavelos, as cooperativas da zona de Alcoentre.

Na Torre Bela os camponeses foram brutal-

mente obrigados a levantar-se de madrugada, enquanto a EPC de Santarém fazia a sua revista. Grande alarido fez a burguesia dizendo que grande quantidade de material de guerra tinha sido encontrado. Esse «material de guerra» eram 7 caçadeiras, propriedade antiga dos camponeses, 1 pistola, facas de cozinha, utensílios de lavoura.

O poder que é da burguesia, tem necessidade de calar aqueles que repressenta, mostrando-lhes que cumpre o seu serviço. É claro que a burguesia treme ao pensar nas armas que foram conseguidas pelos trabalhadores e pelos revolucionários durante estes meses. Por isso o poder lança um mandato de captura ao capitão Fernandes com fotografias e tudo, e diz que as armas

estão a ser recuperadas aos poucos, mas que qualquer dia já lá estão todas.

É claro que só as dos revolucionários. As 50 000 do PPD, nem pensar. Essas estão ao serviço da «revolução»!... Como as do ELP!...

Em Árgêa tudo foi revistado. A cooperativa. A sede do PRP (a de Árgêa...)

E tudo isto em nome do socialismo! Os trabalhadores sabem muito bem no entanto o que são estes «socialistas» e o que pretendem (ou não pretendem, mas cuja prática a isso conduz).

E sabem que cada vez mais tem que se organizar em todos os campos de luta. Penetrar em todos os lugares. Organizar-se nas fábricas nos campos e ainda nos quartéis. Repensar a tática que é possível pa-

ÁRGEA

VITIMA DAS FORÇAS DA ORDEM

Na noite de quinta-feira para sexta (de 11 para 12) houve grande movimentação de carros segundo supomos a fazer reconhecimento. Também na quinta-feira (11) passou o jipe da G.N.R. em Árgêa várias vezes e em vários locais diferentes como a certificar-se de qualquer coisa. Pelas 8 horas da manhã de sexta estava a aldeia ocupada e também as saídas bloqueadas. Um canhão sem recuo estava num ponto que dominava a aldeia a cerca de 1 km.

Nas saídas existiam brechas e uma estava dentro da aldeia junto da casa de um camarada que estava apontada para a comunal. Nos pontos estratégicos da aldeia havia tropa e G.N.R. fortemente armada e com granadas: preocuparam-se em neutralizar as casas de alguns camaradas. Com toda esta ocupação foi decretado o estado de sítio, pois ninguém podia sair à

rua. Houve trabalhadores que não puderam ir trabalhar pois não podiam sair para fora da aldeia e foram obrigados a ir para casa. No fim de terem as saídas todas cortadas e de estarem estacionados, começaram as buscas. Começaram pela cooperativa-9(comunal)vasculhando tudo com o detector electro-magnético, foram revistadas a pente fino 5 instalações da cooperativa, uma casa particular que fica ao lado do curral da cooperativa. A sede do P.R.P. foi minuciosamente revistada, o café de um individuo ex-L.U.A.R.foiminuciosamente revistado e o estabelecimento comercial (loja) de outro morador que pertence à comissão de moradores foi também revistado assim como a sua casa particular foi também desarrumada, gavetas abertas, etc. Entretanto talvez pelas 10 horas vieram alguns trabalhadores que se en-

contravam nas empresas e começámos por mobilizar as pessoas mais combativas arrancando com uma manifestação que percorreu as ruas da aldeia onde estavam militares e G.N.R. gritando palavras de ordem, como:

Morte à G.N.R., fora com os oficiais reaccionários, soldados sempre, sempre ao lado do povo, revistem os ricos e não os pobres. Esta manifestação começou com umas 15 pessoas: incluindo uma mulher e que terminou com a maioria da população de Árgêa fazendo minicomícios com os soldados discutindo politicamente inclusive as pessoas que contestam a política, fazendo-lhes ver que estavam a agir mal e que aquela operação visava dar porrada no povo. Na Cooperativa existem colchões do exército que foram metidos num jipe para irem para Torres Novas. Porém, a população opôs-se cercando e não

permitindo que saísse. Houve resistencia da parte dos militares e G.N.R. acabando por desistir. Os elementos da Cooperativa não alinharam na manifestação embora depois viessem a ter boas intervenções. Às 12 horas os militares e a G.N.R. resolveram ir embora pois estavam a ser contestados pela população e então o largo ficou cheio de pessoas que discutiam politicamente com os militares enquanto outras pessoas choravam e gritavam, talvez ao adquirirem consciencia e ao verem todo aquele aparato bélico, que causava um grande efeito psicológico. A retirada deste aparato militar fez-se de forma precipitada enquanto a população vaiava a G.N.R. e os oficiais reaccionários.

A Cooperativa de Árgêa tem mais duas instalações, uma perto de uma aldeia — Velhas — e outra perto de Torres Novas que também foram revistadas.

O povo da Árg

..Após o assalto de que foi vítima a vila de Árgêa, o povo reuniu-se em plenário e aprovou por aclamação a seguinte moção:

..«Os trabalhadores de Árgêa, reunidos em plenário no dia 13-12-75 pelas 21 horas, reconhecendo a suja provocação lançada pelo VI Governo Provisório à boa maneira fascista contra o povo de Árgêa e que se enquadrava no avanço da direita reaccionária.

Considerando, a forma vil que os oficiais reaccionários utilizaram para poderem à vontade violarem as casas dos trabalhadores honestos. Considerando, que é um acto fascista virem algumas centenas de militares e G.N.R.'s para uma aldeia e com grande aparato bélico, assustar as pessoas como nunca se viu no tempo do fascismo, e até reprimi-las como aconteceu.

..Considerando, que conscientes de que só na continuação da luta contra o domínio do capital e do imperialismo e das classes que representam, permitirá às classes trabalhadoras avançar no caminho da revolução.

Exigem:

1.º Que sejam indemnizados todos os trabalhadores que não se puderam deslocar para os locais de trabalho, por não os autorizarem a abandonarem a casa.

2.º Que nunca mais se façam buscas a casas de trabalhadores como aqui aconteceu, e que se façam buscas sim às casas dos

um governo de "democratas"

re cistas que trazem.
 r- A clínica popular comu-
 e- nal da Cova da Piedade
 e- também foram os fuzilei-
 s- ros!!! Revistaram tudo,
 la- viram tudo. Viram os bis-
 s- turis, a sala de partos,
 a- a secção de pediatria, os
 a- medicamentos.

o- No Sindicato dos ro-
 d- doviários e dos escri-
 tórios, os comandos ar-
 rombaram portas, viram
 O tectos e armários.

a Na Associação de Ami-
 a- zade Revolucionária Por-
 s- tugal-Itália fizeram buracos,
 fe prenderam militantes
 á estrangeiros.

ti- Tudo o que cheira a
 s- esquerda é vasculhado
 e- pelos pides do poder
 político-militar que se
 P, instalou em 25 de No-
 ne- vembro. Foi o infantário
 im do Cacém, casas ocupa-
 o- das na Amadora e Carca-
 s- velos, as cooperativas da
 u- zona de Alcoentre.

s- Na Torre Bela os cam-
 p- poneses foram brutal-

mente obrigados a levantar-se de madrugada, enquanto a EPC de Santa-rém fazia a sua revista. Grande alarido fez a burguesia dizendo que grande quantidade de material de guerra tinha sido encontrado. Esse «material de guerra» eram 7 caçadeiras, propriedade antiga dos camponeses, 1 pistola, facas de cozinha, utensílios de lavoura.

O poder que é da burguesia, tem necessidade de calar aqueles que representa, mostrando-lhes que cumpre o seu serviço. É claro que a burguesia treme ao pensar nas armas que foram conseguidas pelos trabalhadores e pelos revolucionários durante estes meses. Por isso o poder lança um mandato de captura ao capitão Fernandes com fotografias e tudo, e diz que as armas

estão a ser recuperadas aos poucos, mas que qualquer dia já lá estão todas.

É claro que só as dos revolucionários. As 50 000 do PPD, nem pensar. Essas estão ao serviço da «revolução»!... Como as do ELPI...

Em Árgea tudo foi revistado. A cooperativa. A sede do PRP (a de Árgeal...)

E tudo isto em nome do socialismo! Os trabalhadores sabem muito bem no entanto o que são estes «socialistas» e o que pretendem (ou não pretendem, mas cuja prática a isso conduz).

E sabem que cada vez mais tem que se organizar em todos os campos de luta. Penetrar em todos os lugares. Organizar-se nas fábricas nos campos e ainda nos quartéis. Repensar a táctica que é possível pa-

ra o assalto ao poder.

O Governo que hoje há ou que há-de ir não se pode manter. A situação económica cada vez se degrada mais. O começo do próximo ano de 76 obrigará o Governo a tomar medidas de carácter económico extremamente antipopulares. A classe operária amadurecida por meses de luta que atingiu formas avançadas não é cordeiro fácil para o lobo que mostra os dentes. Vai reagir, já está a reagir. E a burguesia terá que responder com a repressão cada vez mais violenta que terá cada vez mais características de fascismo. A isto, só a classe operária pode responder. Só a revolução socialista lhe porá fim. Só a tomada do poder pelos trabalhadores organizados autonomamente.

RALIS 17/12/75

Juramos estar sempre



No dia 21 de Novembro de 1975 no Regimento de Artilharia de Lisboa, realizou-se o juramento de bandeira do último turno de 1975, de recrutas o qual teve a presença de operários e populares e moradores

da zona vizinha (7.ª zona) assim como familiares dos soldados. Estiveram também presentes o comando do RALIS e o chefe do Estado-Maior do Exército, general Carlos Fabião.

Uma operária da indústria têxtil falou em nome da comissão coordenadora mista das comissões de trabalhadores da zona do RALIS e, saudando os soldados disse: «Cabe-me a honra, pela primeira vez concedida a uma operária deste país, de vos dirigir algumas palavras no dia em que prestares juramento de bandeira(...) Este juramento tem obrigatoriamente de marcar mais um passo na caminhada

RDEM

as permitindo que saísse. Houve resistência da parte dos militares e G.N.R. acabando por desistir. Os elementos da Cooperativa não alinharam na manifestação embora depois viessem a ter boas intervenções. Às 12 horas os militares e a G.N.R. resolveram ir embora pois estavam a ser contestados pela população e então o largo ficou cheio de pessoas que discutiam politicamente com os militares enquanto outras pessoas choravam e gritavam, talvez ao adquirirem consciência e ao verem todo aquele aparato bélico, que causava um grande efeito psicológico. A retirada deste aparato militar fez-se de forma precipitada enquanto a população ia para a G.N.R. e os oficiais reaccionários.

A Cooperativa de Árgea tem mais duas instalações, uma perto de uma aldeia — Velhelhas — e outra perto de Torres Novas que também foram revistadas.

O povo da Árgea reage

Após o assalto de que foi vítima a vila de Árgea, o povo reuniu-se em plenário e aprovou por aclamação a seguinte moção:

«Os trabalhadores de Árgea, reunidos em plenário no dia 13-12-75 pelas 21 horas, reconhecendo a sua provocação lançada pelo VI Governo Provisório à boa maneira fascista contra o povo de Árgea e que se enquadra no avanço da direita reaccionária.

Considerando, a forma vil que os oficiais reaccionários utilizaram para poderem à vontade violarem as casas dos trabalhadores honestos. Considerando, que é um acto fascista virem algumas centenas de militares e G.N.R.'s para uma aldeia e com grande aparato bélico, assustar as pessoas como nunca se viu no tempo do fascismo, e até reprimi-las como aconteceu.

Considerando, que conscientes de que só na continuação da luta contra o domínio do capital e do imperialismo e das classes que representam, permitirá às classes trabalhadoras avançar no caminho da revolução.

Exigem:
 1.º Que sejam indemnizados todos os trabalhadores que não se puderam deslocar para os locais de trabalho, por não os autorizarem a abandonarem a casa.

2.º Que nunca mais se façam buscas a casas de trabalhadores como aqui aconteceu, e que se façam buscas sim às casas dos

grandes inimigos do povo, que são o maior cancro desta sociedade que se quer tornar verdadeiramente socialista.

3.º Que seja exigido ao Conselho da Revolução que peça desculpas públicas ao povo de Árgea, pela forma como foi conduzida a operação, violando o que está determinado pela lei que permite a busca — já que houve impedimento de livre circulação das pessoas, violação do direito ao trabalho, violação da intimidade — e sejam imputadas responsabilidades.

4.º O povo de Árgea repudia energicamente a atitude das Forças Armadas e militarizadas intervenientes na operação que penetram na aldeia em atitude de guerra com bala na câmara e em posição de tiro, o que levou a acidentes com disparos de armas inclusive junto de um menor com dezoito meses, que felizmente não causaram vítimas.

5.º Ao comandante da operação.
 .A formação imediata de um Governo Revolucionário que adopte uma política definida de ataque ao capital e ao imperialismo, que permita avançar no sentido da tomada do Poder pelos trabalhadores sob a direcção dos operários e camponeses.»

Aprovado por unanimidade e aclamação.

Árgea, 13-12-75

O povo da Árgea apoia militares

No mesmo plenário Árgea reagiu à provocação aprovou por aclamação a

O povo de Árgea reage no dia 13-12-75 pelas 21 horas a provocação de que foi vítima e fazendo a análise da situação que o golpe de 25 de Novembro foi uma provocação à esquerda civil e militar, no sentido de

Considerando que sempre demonstraram ao estarem ao lado dos trabalhadores de poder popular e por encarcerados, indo fascistas para o lugar deles.

Exigimos a imediata libertação dos antifascistas presos graças nas Forças Armadas

RALIS 17/12/75

itas''

Juramos estar sempre sempre ao lado do povo

assalto ao poder.

Governo que hoje ou que há-de ir não pode manter. A situação económica cada vez se degrada mais. O efeito do próximo ano obrigará o Governo a tomar medidas de carácter económico extremamente antipopular.

A classe operária endurecida por meses de luta que atingiu formas avançadas não é leão fácil para o lobo mostra os dentes. reagir, já está a reagir. E a burguesia terá de responder com a repressão cada vez mais feroz que terá cada vez mais características fascistas. A isto, só a classe operária pode responder. Só a revolução socialista lhe poderá. Só a tomada do poder pelos trabalhadores organizados autonomamente.



No dia 21 de Novembro de 1975 no Regimento de Artilharia de Lisboa, realizou-se o juramento de bandeira do último turno de 1975, de recrutas o qual teve a presença de operários e populares e moradores

da zona vizinha (7.ª zona) assim como familiares dos soldados. Estiveram também presentes o comando do RALIS e o chefe do Estado-Maior do Exército, general Carlos Fabião.

Uma operária da indústria têxtil falou em nome da comissão coordenadora mista das comissões de trabalhadores da zona do RALIS e, saudando os soldados disse: «Cabe-me a honra, pela primeira vez concedida a uma operária deste país, de vos dirigir algumas palavras no dia em que prestares juramento de bandeira(...) Este juramento tem obrigatoriamente de marcar mais um passo na caminhada

para um Exército efectivamente ao serviço do povo (...). Podeis contar com o nosso apoio, como nós contamos com o vosso e estou certo de poder afirmar bem alto que operários e camponeses, soldados e marinheiros unidos venceremos».

De punho erguido em direcção à bandeira os soldados do RALIS juraram pela revolução: «Nós soldados, juramos ser fiéis à Pátria e lutar pela sua liberdade e independência. Juramos estar sempre, sempre ao lado do povo, ao serviço da classe operária, dos camponeses e do povo trabalhador. Juramos lutar com todas as nossas

capacidades, com voluntária aceitação da disciplina revolucionária, contra o fascismo, contra o imperialismo, pela democracia e poder para o povo, pela vitória da Revolução Socialista».

Este texto foi redigido e aprovado pelos soldados recrutados do RALIS.

Depois do 25 de Novembro:

Despacho do novo chefe de Estado-Maior do Exército General Ramalho Eanes, considera nulo e sem efeito o juramento de bandeira revolucionário realizado no RALIS no dia 21 de Novembro.

O despacho considera que o juramento «que se processou com manifesto desrespeito das disposições legais que o regulam».

Os recrutas deverão ser convocados pelo Comando do RALIS para as unidades mais próximas das suas residências para aí efectuarem novo juramento de bandeira.

Aos que se recusarem «deve ser levantado auto de corpo de delito por crime de insubordinação».

Camaradas, não podemos permitir isto.

Os trabalhadores, os operários e camponeses, soldados, marinheiros e revolucionários terão uma vigorosa resposta a dar.

É a descarada destruição dum dos principais baluartes do movimento revolucionário português, do Poder Popular.

A burguesia na ansia de recuperar rapidamente o terreno perdido em favor dos trabalhadores, mais claramente mostra a sua verdadeira face reacção. Isto significa a destruição da organização dos soldados que avança nos quartéis no sentido da defesa dos seus interesses de classe, e dos seus irmãos de classe — os operários nas fábricas. Assim podem ver-se os quartéis a regressar de novo aos

métodos antidemocráticos, à observância e imposição do RDM fascista.

Uma coisa ficou nos soldados, ficou nos operários e nos camponeses; a consciencia de classe, a capacidade de organização que sem dúvida saiu reforçada.

Significa também uma ofensiva directa da direita sobre a aliança dos soldados com a classe trabalhadora que aproveitada já, para acabar com a democracia directa que desafia a existencia deles próprios, mas que é por outro lado a única forma possível e revolucionária de caminhar para a efectiva e profunda transformação da sociedade portuguesa e, enfim, da sociedade de classes.

Mais lições daqui podemos tirar, mas concluímos sempre que estas medidas pretendem a recuperação pela burguesia capitalista de toda a máquina militar, órgão fundamental de controle sobre o povo.

Concluímos também que estas medidas, tal como a prisão dos militares revolucionários, as buscas, as rusgas, a política da informação, etc., não conduzem ao poder popular e consequentemente à sociedade socialista, mas pelo contrário a um sistema repressivo em que a direita se agarra ao poder, o que nas condições concretas globais da sociedade portuguesa conduzirá a curto prazo ao fascismo.

Camaradas, temos de dar resposta a isto. Está em causa as conquistas alcançadas pelos trabalhadores e soldados e estão em causa as possibilidades reais de uma revolução socialista na Europa a que Portugal pode a curto prazo abrir caminho.

Temos de dar resposta e fá-lo-emos com a nossa organização e a nossa força. Unidos, organizados e armados, venceremos.

a reage

grandes inimigos do povo, que são o maior cancro desta sociedade que se quer tornar verdadeiramente socialista.

3.º Que seja exigido ao Conselho da Revolução que peça desculpas públicas ao povo e Àrgea, pela forma como foi conduzida a operação, violando o que está determinado pela lei que permite a busca — já que houve impedimento de livre circulação das pessoas, violação do direito ao trabalho, violação da intimidade — e sejam imputadas responsabilidades.

4.º O povo de Àrgea repudia energicamente a atitude das Forças Armadas e militarizadas intervenientes na operação que penetram na aldeia em atitude de guerra com bala e câmara e em posição de tiro, o que levou a acidentes com disparos de armas inclusive dentro de um menor com dezoito meses, que felizmente não causaram vítimas.

5.º Ao comandante da operação.

«A formação imediata de um Governo Revolucionário que adopte uma política definida e ataque ao capital e ao imperialismo, que permita avançar no sentido da tomada do poder pelos trabalhadores sob a direcção dos operários e camponeses.»

Aprovado por unanimidade e aclamação.

Àrgea, 13-12-75

O povo da Àrgea apoia militares presos

No mesmo plenário em que o povo de Àrgea reagiu à provocação de que foi vítima, aprovou por aclamação a seguinte moção:

O povo de Àrgea reunido em plenário no dia 13-12-75 pelas 21 horas para analisar a provocação de que foi alvo no dia anterior e fazendo a análise da situação política considera que o golpe de 25 de Novembro foi uma provocação à esquerda revolucionária civil e militar, no sentido de a liquidar.

Considerando que os militares presos sempre demonstraram ao longo destes meses estarem ao lado dos trabalhadores e órgãos de poder popular e por isso mesmo foram encarcerados, indo fascistas e elpistas ocupar o lugar deles.

Exigimos a imediata libertação dos militares antifascistas presos e a sua reintegração nas Forças Armadas.

O MARXISMO-LENINISMO-MAOISMO

Seus princípios e sua prática



O texto que se segue (e cuja continuação virá no número seguinte de «Revolução») vai acarretar críticas de militantes do nosso partido e de leitores em geral por ter uma linguagem que se pode considerar difícil. Outros não estarão de acordo com o que aqui se diz. Pedimos que respondam e que critiquem. E quanto à linguagem, pensamos que em relação a alguns assuntos de teoria revolucionária não há outra

solução senão usar esta linguagem; o mesmo aconteceu aos teóricos do marxismo. Aos camaradas e leitores que não perceberem certas ideias aqui expressas, diríamos que isto não é defeito... mas defensores também que os revolucionários e os trabalhadores têm de estudar, de aprender para que a teoria seja de todos. E isso exige esforço e exige que se quebre com a facilidade em relação a todo o trabalho

dos princípios e da prática destas duas organizações vão mostrar-nos a contradição principal existente no seio do próprio movimento ML-Maoísta e a contradição entre os ML-Maoísta e o PRP.

(1) Ou seja, enquanto que as outras organizações atrás men-

cionadas são tendências no seio do movimento, operário, com as quais nós pensamos que há que travar um debate ideológico, com o MRPP a luta a haver ser aquela que se tem, neste momento entre os revolucionários e os reaccionários por muito que isso pese a alguns dos seus militantes de base.

A NECESSIDADE HISTÓRICA DO PARTIDO

É evidente que segundo este método, ao responderem a estas questões talvez chegassem a conclusões bem diferentes das que chegaram e principalmente perderiam essa obsessão da «Reconstrução do Grande Partido pois compreenderia o dilema que costumam colocar entre a linha do partido (necessidade do partido linha «anarco-trotskista» antipartido (recusa do partido) é uso dilema: o partido é um produto histórico da sociedade capitalista que dita a necessidade de existência, assumindo conteúdo que a própria sociedade em movimento lhe impõe. E assim que recusamos e combatemos a concepção anarquista que nega a necessidade histórica do partido do proletariado como autêntica vanguarda saída da própria classe em torno da qual esta se organiza para conjugar vários níveis de luta, analisando a situação numa forma global e encontrando táctica para a tomada do poder.

Se neste preciso ponto estamos de acordo com os camaradas maoístas as divergências acentuam-se quando se passa a um maior aprofundamento destes problemas então vejamos o seguinte texto, bastante significativo: «A primeira questão que queremos colocar é a seguinte: o que é que «O Grito do Povo» pretende dizer ao escrever que «combatemos a tese leninista de fusão da teoria do socialismo científico com o movimento operário («O Grito do Povo», n.º 39). A resposta a esta pergunta, exige que expliquemos primeiramente o que é o movimento ML-Maoísta entendendo pela fórmula «fusão do socialismo científico», pois constitui o ponto principal de toda a concepção leninista de partido. Esta fórmula é retirada mais uma vez de um capítulo de «Que Fazer?» (chegámos a pensar que de Lenine estes camaradas só leram este livro...) em que Lenine, referindo-se ao título de Organização de que os revolucionários russos precisavam de se dotar, diz que

DESENVOLVIMENTOS DIFERENTES — CONSCIÊNCIAS DIFERENTES

De facto a unidade dialéctica entre a prática e a teoria, está inscrita num processo bem diferente daquele que é concebido pelo movimento ML-Maoísta. O processo histórico de desenvolvimento do modo de produção capitalista (M.P.C.) mostra-nos que o desenvolvimento das forças produtivas é extremamente desigual, criando grandes zonas de fractura não só ao nível mundial como no seio das próprias formações sociais. A este desigual desenvolvimento das forças produtivas corresponde uma articulação de diferentes relações de produção, passando a existir sectores de actividade produtiva onde as relações de produção capitalistas se encontram mais desenvolvidas em detrimento de outros (vol. p. ex. a relação entre a indústria e a agricultura). É

«O comunismo não é uma doutrina mas um movimento. O comunismo não parte de princípios, mas de factos. Os comunistas não têm por pressuposto uma qualquer filosofia, mas toda a História passada e, sobretudo, os seus resultados efectivos actualizados. O comunismo é o produto da grande indústria e das suas consequências, da edificação do mercado mundial e da concorrência desenfiada que lhe corresponde, das crises comerciais cada vez mais fortes e mais gerais que se transformaram já em perfeitíssimas crises do mercado mundial, da criação do proletariado, da concentração do capital e da luta entre o proletariado e a burguesia que decorre destes factos. O comunismo enquanto teoria é a expressão teórica da posição do proletariado nesta luta e a síntese teórica das condições da libertação do proletariado.» F. Engels (1847).

Num momento em que o processo revolucionário português vive horas decisivas, num momento em que para os trabalhadores portugueses e não só se torna cada vez mais claro que os esmagamentos de vez e o poder reaccionário da burguesia ou teremos o fascismo sob formas repressivas jamais vistas, num momento em que o P.R.P. trabalha intensamente para reunir as condições que permitam uma saída revolucionária para a grave situação política que se vive agora em Portugal, no momento em que o P.R.P. tem a perfeita consciência da necessidade de uma unidade política entre todas as forças interessadas nessa saída revolucionária, torna-se necessário aclarar questões levantadas pelo movimento marxista-leninista-maoísta no âmbito de uma luta ideológica que ponha a nos as razões das nossas principais divergências com os camaradas da ORPC (Organização para a Reconstrução do Partido Comunista) e da OCMLP («O Grito do Povo» (Organização Comunista-Marxista-Leninista Portuguesa).

Ao mesmo tempo o PRP não pretende concentrar os seus esforços de uma aliança política com essas camaradas ao nível do mero combate ideológico e de princípios, antes acha que este tipo de luta é um contributo de análise teórica sobre as principais questões que se levantam à volta do movimento comunista internacional e da situação de crise revolucionária generalizada que se vive em Portugal e que, portanto, deve estar subordinada à luta de massas, deve estar dependente das posições que as organizações assumem face

à movimentação revolucionária de massas. Só este método operário e popular e permitirá saltos qualitativos importantes até ao estabelecimento de alianças tácticas e estratégicas.

Porque razão delimitamos a análise do marxismo-leninismo-maoísta a estas duas organizações quando existem outras organizações como o MRPP e, a AOC que também se reclamam do pensamento de Marx, Engels, Lenine, Staline e Mao? Como organização comunista que somos temos pelo menos uma certeza: essa quadrilha de bufos intitulada MRPP — essencialmente constituída por estudantes, lumpem e pequenos burgueses com toda a espécie de taras psico-sexuais que nem Wilhelm Reich seria capaz de as explicar — já demonstrou suficientemente o seu carácter de seita fáctica anticomunista e de extrema-direita, cujos aliados da «sua» Revolução são os ELP's, CDS's, PPD's e PS's (muito honrou a Maria Barroso naquele funeral do «herói» Alexandrino de Sousa). É evidente que não recusamos discutir os problemas levantados por este bando provocador. Contudo estes problemas não se resolvem no quadro das «contradições no seio do povo», através da luta ideológica, mas antes no quadro das «contradições entre o povo e os seus inimigos de classe».

A posição face ao grupúsculo anti-revolucionário AOC, não será directamente explicitada pelas razões atrás definidas, embora ao analisarmos a política externa chinesa e as posições que ultimamente a OCMLP — «O Grito do Povo» tem defendido, tracemos paralelos que tocarão indirectamente nas posições políticas deste grupúsculo. Pode-se argumentar que, para além destes casos muitas outras organizações existem que se reclamam do ML-Maoísmo e que portanto estamos a utilizar um critério arbitrário ao identificarmos como representantes do movimento ML-Maoísta a ORPC e a OCMLP — «Grito do Povo». É óbvio que em virtude do próprio sistema em que se move a política do ML-Maoísmo, a proliferação de seitas e grupúsculos reclamando-se do pensamento de Mao é extraordinariamente facilitada. Não nos cabe a nós saber qual das organizações ML-Maoístas detém a «verdade», «a linha justa», qual é a mais «pura» — até porque para nós esta é uma falsa questão que não tem sentido numa análise materialista, como iremos ver. Contudo, para além da ORPC ser uma organização que já possui certo trabalho de base e de agitação de massas, a análise

OS PRINCÍPIOS

O marxismo-leninismo-maoísmo movimenta-se num determinado enquadramento político-ideológico que importa apreciar, pois da prática que daí decorre derivam os limites históricos e os desvios oportunistas que marcam a política

A CONCEPÇÃO DO PARTIDO

Uma das principais divergências que temos com os camaradas maoístas resulta precisamente das diferentes respostas que damos a estas per-

UM MISSAL CHAMADO «QUE FAZER?»

A concepção que os ML-Maoístas têm do partido da classe operária é idêntica à dos revisionistas (PC), tendo o cordão umbilical que os une o nome de estalinismo. Em que reside a proposta estalinista de organização? No plano teórico reside numa aplicação deslocada no espaço e no tempo da obra extraordinariamente polémica de Lenine, «Que Fazer», escrita em 1902. A concepção de partido-organização de vanguarda de classe que daí retiram resulta da própria maneira como adopataram essa obra: as teses de, «Que Fazer?» passaram a constituir um missal ideológico de onde se tiram receitas universalistas sobre o modo de constituir o «Estado-Maior», o «faro» que guiará o rebanho-proletariado. Nós não negamos que o processo de formação e a própria natureza do partido que Lenine ali defende tenha um carácter bastante rígido. Mas, por exemplo, citar um passo desta obra em que Lenine põe na boca de um operário o seguinte discurso: «Nós (operários) queremos conhecer em detalhe todos os aspectos da vida política e participar activamente em cada acontecimento político. Para isso é preciso que, os intelectuais nos repitam um pouco menos o que nós próprios sabemos, e que nos dêem um pouco mais do que nós ainda ignoramos, do que a nossa experiência «económica» nos ensinara, e os conhecimentos políticos», e a partir dele formularem um método universal (ou mesinha) que sustente os seus princípios sagrados de (re)construção do partido, como demonstra nomeadamente:

a) Uma intervenção de um camponês da OCMLP no seu último comício em Lisboa (26-10) em que disse que os camponeses no campo lhe perguntavam todos os dias quan-

ta a situação da economia e política. maoísta resultante de uma ruptura com o estalinismo que se fez de uma forma superficial, nunca se fazendo uma análise profunda do que foi o estalinismo interno e externamente. Neste aspecto as correntes maoístas esquecem mesmo as críticas de Mao a Etaline, no que diz respeito à relação entre a economia e política.

guntas: qual o papel do partido? De que instrumentos de acção deve possuir o proletariado para o assalto ao poder? Como se constitui a vanguarda de classe? Qual deve ser o conteúdo da relação vanguarda-massas?

do é que aparecia o verdadeiro partido.

b) O discurso-justificação do partido comunista-marxista-leninista utilizado no n.º 1 do «Revolução Proletária» (órgão do Comité Central da ORPC): «É cair não apenas num aviltamento da verdade do que se passa nos campos (falsameento da realidade), como também numa autêntica deformação do marxismo que dizem defender. E porque razão? Os camaradas da ORPC e da OCMLP dizem que detêm a verdade de pensamento de Lenine, mas de certeza devem ter esquecido de ler o que Lenine dizia acerca do método do marxismo: «o marxismo obriga-nos a ter uma noção das mais exactas, objectivamente verificável, da relação de classes e das particularidades concretas de cada momento da história». («Cartas sobre a Táctica»). Se tivessem lido melhor Lenine, talvez em vez de papaguearem o «Que Fazer?», pensassem em responder a questões como esta: qual era o grau de desenvolvimento das forças produtivas na URSS em 1902? que desenvolvimento possuíam em relações capitalistas de produção na URSS.

Qual o alinhamento de classes em função desse (não) desenvolvimento? que experiência histórica possuía o proletariado russo dessa altura? Atravessava o movimento proletário uma fase de fluxo ou de refluxo? Qual o enquadramento institucional desse movimento? E sobretudo seria bom que estudassem a realidade portuguesa, o desenvolvimento aqui das forças produtivas, o grau de consciência de classe dos operários e dos trabalhadores rurais, o estado de consciência dos camponeses pobres, etc. E se comparassem as duas situações — Rússia de 1902 e Portugal de 1975 — talvez pudessem a mania de aplicar aqui um livro de Lenine de 1902 e começem a tentar encontrar soluções para esta situação nova.

MARXISMO -LENINISMO -MAOISMO

Continuação da pág. 10

(que mesmo assim é muito grande em relação à Europa) é de 40 por cento. E existe um proletariado à volta das grandes cidades (Lisboa, Setúbal, Porto) que neste momento é um proletariado desenvolvido, ele próprio conhecedor da teoria revolucionária como se pode perceber pelas assembleias e pelos documentos que elaboram. Este proletariado está aliás ligado a grandes empresas com grande desenvolvimento das forças produtivas. Hoje em dia, em 1975, é possível por isso mesmo colocar o problema da organização do proletariado de maneira diferente ao que se depôs nessa altura na Rússia. É claro que isto será muito mais verdadeiro para a Revolução Socialista que se fará nos países capitalistas desenvolvidos como a França, a Alemanha, os EUA.

É por isso que estamos de acordo com os camaradas da Q.R.P.C. quando dizem que partido (entendido como organização de vanguarda N.N.) terá que nascer forçosamente fraco, inexperiente, mal implantado na classe e não por isso que recaremos fundá-lo. Esses elementos mais conscientes foram aqueles que conseguiram numa altura historicamente determinada, reter ao nível teórico as experiências vindas de um movimento social que representa concretamente a libertação do proletariado, e a partir daí elaborar uma linha política que tem por objectivo a transformação da sociedade através da globalização e perspectiva política das lutas parciais referenciando-as a um projecto comum, a uma luta mais geral que vise o poder político. Vemos assim que a teoria revolucionária do proletariado não parte de princípios metafísicos, mas antes da prática social e confronta-se dialecticamente com esta; não existe um «movimento operário» de um lado e que representaria um nível «espontâneo» da movimentação de massas e por outro lado o «socialismo científico» enquanto o nível consciente dessa mesma movimentação. O que existe é uma teoria revolucionária (o socialismo científico) elaborada a partir do «movimento espontâneo» de massas (o movimento operário) e confrontando-se permanentemente com esse mesmo movimento; a teoria tem de vir das massas para regressar às massas. Abre-se aqui um parêntese para vincar bem que para nós «espontaneísmo» não tem aquele significado que vimos atrás e que resulta da «leitura» que o movimento M.-L.-Maoista fez de «Que fazer?»

Gramsci dizia «que em cada movimento espontâneo existe um elemento primitivo de direcção consciente, de discipli-

na.» (Obras Escolhidas) e de facto a classe tem criado na sua própria movimentação instrumentos de luta parcelar, isto é, formas de organização independentes do partido — organização autónoma de classe — e que nascem do interior da própria luta. Para nós o movimento espontâneo é este e não tem nada a ver com instintos cegos das massas. A linha política de vanguarda em vez de ser auto-intitular de «a linha justa», «a linha que detem a verdade», e portanto de procurar enquadrar este movimento nos seus princípios (e o que cabe, cabe e o resto é «anarquismo», «trotskismo», etc., etc.) deve antes procurar nos efeitos que as lutas a este nível produzem, a razão de ser das distintas políticas avançadas. O camarada presidente Mao Tse Tung diz-nos que da prática é que vêm as ideias justas e a prática não é algo de estático mas antes um movimento que contradiz muitas vezes os princípios teóricos. Este tipo de situações (a prática desmentindo a teoria) sucedem sobretudo quando a teoria é dogmática. É por isso que os jornais partidários que mais fazem uso da autocritica são os que estão ligados às organizações M.L. Maoistas, é por isso que é raro o comício de uma organização M.L. Maoista em que um dirigente não faça uma autocritica verbal, e quando não as colhem esta vida, enveredam pela moral burguesa de justificar os seus erros de actuação pelo «deixa ser». Será que recusamos a via da crítica e autocritica de maneira nenhuma. O que pomos em causa é o próprio sistema em que se movimenta esta crítica e autocritica empregues pelos M.L. Maoistas. Não compreendem que a única forma de garantir uma correcta relação dialéctica er. a linha política e a luta das massas, não é a organização partidária encerrar-se em si mesma tentando, por tudo controlar burocraticamente toda e qualquer movimentação de massas e chamando nomes a todas as outras, mas sim, através de estruturas autónomas que a classe vai organizando na sua luta, impedir a dogmatização da linha política e burocratização do aparelho partidário, no fundo impedir um corte entre a base e o topo deixando o topo de ser o topo, para ser o topo apenas na cabeça de uns quantos pequeno-burgueses que agitam muito a frase de Lenine «sem teoria revolucionária não há prática revolucionária» esquecendo que a teoria revolucionária nos mostra que é na prática da luta de massas que a classe vai criando os instrumentos de combate que lhe permitiram alcançar o poder.

PARTIDO E ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA

Estamos agora em condições de responder à acusação feita pelo «O Grito do Povo» de que «para nós, organização autónoma» significa organização sem partido, ou mais propriamente organização antipartido marxista-leninista (sic!). A resposta a esta acusação está já muito contida no que atrás escrevemos, mas não queremos deixar de adiantar alguns pontos. Quem faz acusações destas demonstra antes de mais que a sua concepção de (re)construção do partido é

um negócio de uns quantos emalgaços que deram uns livrinhos e depois os iam discutir ali para os cafés de Bd. St. Michel, chegando deste modo à conclusão que o Grande Estalin, «o pai dos pobres do mundo» diz que sem «Estado-Maior», nada feito e por isso mesmo é necessário (re)construir um a toda a presa. isto é a (re)construção do partido e encardado num âmbito que pode ter muito a ver com o da família (daqui o nome que se lhes dá de «família popular») mas nunca como movimento revolucionário de massas. 150 anos de História do Move-

TIMOR

A SITUAÇÃO POLÍTICO-MILITAR

Continua a agressão Indonésia a Timor-Leste. O Governo português mantém apesar disso a sua posição inicial de conseguir uma plataforma de entendimento entre a Indonésia, a Fretilin e os dois movimentos e fantoches da Apodeti e da U. D. T.

Como diria recentemente na O. N. U., o representemente português Galvão Teles, e repetindo palavras do ministro Melo Antunes — «Estamos dispostos a aceitar uma vasta gama de fórmulas políticas que levem verdadeiramente em conta os interesses da população de Timor, sem esquecer os interesses legítimos dos vizinhos desta zona geopolítica, a Indonésia, e que poderiam ser encontradas em conjunto com os partidos representativos de Timor.»

Portugal insiste em que uma solução neocolonialista seja encontrada para o Timor-Leste. E

para isso Portugal continua a pôr em pé de igualdade para as negociações sobre o futuro da ex-colónia, tanto a Fretilin, movimento que tem mostrado ter a simpatia da grande maioria do povo Timor, como a Apodeti, movimento pró-indonésio, totalmente construído e subsidiado a partir da Indonésia, assim como a U. D. T., movimento que inicialmente era a favor duma solução federativa com Portugal, e que com a evolução da situação nitidamente favorável à Fretilin passou também a defender a integração na Indonésia.

A luta do povo de Timor é e será uma luta muito difícil; o seu inimigo principal, a Indonésia, é um país que relativamente a Timor apresenta uma supremacia bélica e humana avassaladora.

Mas a guerra ainda não está perdida!

Contrariamente às notícias provenientes da

agencia noticiosa indonésia Antara e difundida pelos órgãos de informação portugueses, a real situação político-militar caracterizava-se a 14 de Dezembro, da seguinte maneira:

— A maior parte de Dili (capital de Timor Leste) está sob o controlo da Fretilin tendo sido abatida a maioria dos invasores indonésios.

— Na fronteira a situação militar é estacionária. BALIBÓ, BATUGADÉ e TABAE continuam na posse dos indonésios.

Na região de TAPÓ, as forças inimigas foram repelidas pelas valorosas Falintil.

— Na costa Sul, houve tentativas de desembarque em Suai tendo sido completamente impossível devido à pronta resposta das Falintil. No entanto barcos indonésios continuam a bombardear a vila.

— A Comunidade Chinesa em Dili foi massacrada à excepção dos

que conseguiram fugir para as montanhas. O hospital de Dili foi bombardeado por aviões indonésios.

— Em Baucau (segunda cidade de Timor Leste), a maior parte dos pára-quedistas e fuzileiros indonésios que desembarcaram foi morta e alguns renderam-se às forças patrióticas da Fretilin, estando a cidade sob o controlo total da Fretilin. Nessa mesma localidade foram abatidos 2 (dois) aviões indonésios.

O ponto da situação acima transcrito foi difundido pela Rádio M. A. J. BERE de Timor Leste e recebida pelo Comité de Apoio à Luta do Povo Timor em Portugal, através do Campaign for Independent East Tmor (C. I. E. T.).

Exijamos do Governo português, o reconhecimento imediato da República Democrática do Timor-Leste.



As fotos acima são uma reprodução de pinturas a óleo feitas do autor da campanha Guilherme que perdeu a vida vítima por um trágico acidente. Os originais encontram-se expostos no salão nacional do nosso Movimento.

mento Operário mostramos que nas suas lutas contra o capital, a classe foi ganhando cada vez maior maturidade

política criando instrumentos de luta de forma autónoma e inovadora, que representam a organização concreta que a

classe encontrou para responder a uma determinada situação. Estas formas organizativas são de uma importância extrema porque saem do interior da própria classe, são autênticas respostas orgânicas da classe e independentes das ordens de qualquer comité central. Poderá dizer-se que o horizonte de luta dessa forma de organização é por vezes extremamente reduzido. Nós não o negamos. O que dizemos é que a função de uma organização de vanguarda é precisamente perspectivar politicamente essas lutas parcelares de modo a que a classe vá encontrando formas organizativas cada vez superiores e mais alargadas, correspondendo também este facto, a uma maior consciência proletária. Este próprio movimento de classe sofrerá efectivamente com o avanço e agudização da luta de classes, importantes saltos qualitativos que se reflectirão também ao nível de organização de vanguarda, a qual virá da própria classe (e não exterior a ela) exercerá as funções de direcção (e não apenas de coordenação) política para a tomada do poder. No entanto não se confunda o período a seguir à tomada do poder pelo Bloco Social Revolucionário dirigido pela vanguarda proletária com um efectivo poder dos trabalhadores. Este poder só existirá (e nessa altura estaremos de facto no socialismo) quando os trabalhadores poderem objectivamente dominar e controlar todas as instâncias da sociedade (política, ideológica, teórica e económica) através da Organização Autónoma. Nesse sentido é que tanto a verdadeira natureza do poder político da sociedade em transição não se

determina tanto pela situação de classe dos elementos que compõem o partido (adoptar este critério é explicar o processo histórico através de personalidades — heróis o que é manifestamente antimaterialismo, mas antes — e aqui reside em os próprios fundamentos do papel do partido-organização de vanguarda — pela aplicação ou não de uma linha política que lute incessantemente pela extensão da organização autónoma de classe com todas as consequências que daí advêm e num movimento que aponte para a sua dissolução enquanto aparelho dirigente para assumir apenas o papel de coordenação.

É óbvio que quem pensa (re)construir o partido no seu círculo familiar, quem pensa deter «a verdade» quem não quer ver um movimento criador no movimento autónomo de massas e antes prefere considerar essas comissões de trabalhadores como órgãos completamente captos e que portanto é preciso injectar-se-lhes do exterior essa vacina chamada «marxismo-leninismo», não pode ver a relação dialéctica que existe contantemente entre a organização autónoma e a organização de vanguarda. Como o proletariado só passa a ser revolucionário, para esses marxistas-leninistas, quando tiver bebido e absorvido o «glorioso pensamento Estalin», a única organização autónoma do proletariado e aquela que detém «a verdade», o «marxismo-leninismo», isto é, o grande partido. Os desvios oportunistas, vindos de concepções destas, vê-lo-emos quando analisarmos a actual situação política e como ela é vista pelas organizações m-l-maoistas.

Eleições para os sindicatos do regime franquista

A posição "original" do P.C. espanhol

Introdução — no presente artigo, analisam-se as eleições para os sindicatos fascistas espanhóis (OS). O P.C.E., partidário da participação propagandeia a quatro ventos, por todo o mundo, as cifras que demagogicamente o próprio regime franquista utiliza para sua propaganda pessoal. A ideia seria provavelmente dar a entender que o P.C.E. é o partido de massas do país e além do mais a força política determinante do que em primeira e última análise o operariado espanhol faz ou conta fazer. Vejamos o que é o P.C.E., e o que são os 88 por cento de participação eleitoral de que o Partido Comunista espanhol tanto se orgulha como trabalho seu e prova da sua «influência» no operariado espanhol.

CONDIÇÕES REQUERIDAS PARA SE PODER VOTAR E SER CANDIDATO

a) Na altura da publicação da convocatória ter já dezoito anos cumpridos (excepto em empresas onde os menores de 18 anos sejam — normalmente — em número superior em 10 por cento, ou empresas em que os menores sem prefazer 10 por cento sejam mais que 25 trabalhadores).

b) As empresas têm que ter pelo menos 6 trabalhadores.

c) Ter dois anos de antiguidade na empresa (no mínimo) para ser candidato. (deste modo, ficam postos de parte numerosos trabalhadores que foram despedidos nos últimos anos de luta

e que se estão de novo empregados, tiveram que lograr «passar» as «listas negras» das entidades patronais, além de encontrarem emprego na presente conjuntura).

d) «Idoneidade» para ser candidato, quer dizer:

I — Não ter sido saneado governativa ou judicialmente, em relação com «organizações subversivas».

II — Não ter sido expulso e não ter renunciado qualquer cargo sindical anteriormente.

III — Aderir à ordem institucional e sindical vigente se tal se queira. (Ver dados mais abaixo).

OUTRAS LIMITAÇÕES

Outras limitações que se impõem para participar na fantochada:

a) A impossibilidade de utilização dos meios de propaganda para as candidaturas obreiras. Esta limitação é muito maior no que respeita aos que se resolvem abster de participar, pois não podem propagan-

dear o porque da sua abstenção.

b) A impossibilidade de assembleias e reuniões de operários nas fábricas e locais sindicais.

c) Duas zonas industrialmente importantes no país basco — Biscaia e Guipúzcoa — em estado de excepção.

A REPRESSÃO SOBRE DELEGADOS SINDICAIS

Segundo o diário «Pueblo» (Movimento) de 2/4/66, mil e oitocentos representantes sindicais tinham sido destituídos dos seus cargos nos três anos anteriores a 1966...

Segundo o diário «Correo Catalán», de 17/6/75,

cinquenta mil representantes sindicais teriam sido destituídos entre 1966 e 1975.

Segundo Alfonso C. Comin na revista «Triunfo» de 31/5/75, uma importante parte dos quadros sindicais (refere-se aos eleitos em 66) foram

demitidos dos seus cargos e despedidos ou processados por juntamente terem assumido a representatividade que lhes tinha sido negada pelos seus companheiros! Isto veio a afectar o nível de participação em 1971, e desde então a situação não parece ter mudado: na «Gazeta de Desecho Social (Fevereiro, Março de 1975) constava que «em pouco mais de um ano, de Outubro de 1971 até Dezembro de 1972, mais de 20 000 representantes sindicais tinham deixado de ser por tres motivos; extinção do contrato de trabalho, (quase sempre ti-



na sido despedido pela entidade patronal), renúncia voluntária (quase sempre por não estar de acordo com a organização sindical) e destituição.

amplios sectores da população.

d) Dispor de acção sindical na empresa.

e) Estamos numa eta-

pa política de transição: entrar na OS (Organização Sindical) para ocupar cargos (como em Portugal).

ARGUMENTOS DOS QUE SE RECUSAM A PARTICIPAR

a) A Organização Sindical é o fruto da derrota operária em 36; nenhuma colaboração com ela (OS) se pode aceitar.

b) A Organização Sindical inclui a organização patronal, não tem qualquer autonomia e está controlada pelo Estado e seus interesses.

c) A OS tem uma estrutura antidemocrática que não é possível transformar em democrática e já caíram em vão, demasiados operários nesses intentos.

(Fontes: «Triunfo» de 7/6/75 e «Sindicalismo» n.º 4 Julho-Agosto de 1975).

ALGUNS DADOS COMPLEMENTARES DE ANÁLISE

1. **Antes das eleições** — Henrique Buntamente no «Triunfo» de 5/7/75 «as eleições sindicais foram caracterizadas por uma grande actividade propagandista realizada pela OS. Proliferam os anúncios na TV e nas revistas no «metro» e autocarros, convidando sempre a uma participação eleitoral segundo as mais modernas técnicas publicitárias, sem desdenhar fases e métodos como os cartazes com letras tipo «pintada» que até agora tinham sido património exclusivo das organizações ilegais».

No período pré-eleitoral, foram despedidos dos seus empregos muitos suspeitos, (que deste modo não poderiam participar ou serem eleitos). O diário de Barcelona, «Tele-Expres» de 11/7/75, escrevia: «O mais signifi-

cativo de tudo, é o facto de que a série de despedimentos a que me venho referindo, se produzem precisamente no período imediatamente antes das eleições sindicais e precisamente com trabalhadores que na maioria dos casos, haviam anunciado a sua apresentação como candidatos para serem eleitos representantes pelos seus companheiros». Do mesmo modo, fizeram-se numerosas transferências de trabalhadores para isolá-los dos seus leitores.

2. **Durante as eleições** — Não houve vigilância das urnas. Falseamento de votos, mais votos que votantes, etc., manifestas irregularidades, ex: («Triunfo» de 5/7/75) «Trinta e quatro grupos

DADOS IMPORTANTES PARA COMPREENSÃO

DA «REPRESENTATIVIDADE»

DA CENTRAL SINDICAL

Segundo «Triunfo» de 21/6/75, a população activa espanhola era em 1971 de 13 482 511, e deixando de parte o facto indiscutível de que essa população activa cresceu desde então, vamos comparar com estados que o semánario «Possible», n.º 22 de 1975, nos dá. «De um senso total que alcança 8 127 112, cerca de 5 500 000 de fi-

liados quotizantes da Organização Sindical — mais de 67 por cento não puderam votar (por diversas causas, desde as normas eleitorais vigentes até à condição de «eventuais» de muitos desses trabalhadores. «quer dizer, só 19 por cento da população activa igual a 33 por cento da sindicalizada pode ir às eleições...

ORGANIZAÇÕES ESPAÑOLAS

QUE PARTICIPAVAM NA FARSA ELEITORAL E GRUPOS QUE SE RECUSARAM A TAL

A farsa: Aparelhos das «Comissões Obreiras» (algumas) controladas pelo P.C., Partido Comunista, Partido Carlista e Organização Sindical do regime e outros grupos menos importantes: P.T., O.R.T., U.S.O., B.R.

Contra a participação na farsa criminosa, «Co-

missões Obreiras» das empresas (Comissões de base) Partido Socialista Obrero Espanhol (PSOE) Acção Comunista e outras organizações políticas e sindicais (Trotskistas e Sindicatos CNT, UGT e STV que formam a aliança sindical espanhola).

ARGUMENTOS DOS QUE PARTICIPAM

a) É possível trabalhar no Organização Sindical do regime fascista para lhe poder mudar as estruturas.

b) A crise económica, a crise política, e a consciência crítica do movi-

mento operário são factores para se conseguir que defendam os interesses dos seus companheiros.

c) A cobro dos cargos legais, conseguiu passar uma maior informação a

Eleições para os sindicatos do regime franquista

A POSIÇÃO "ORIGINAL" DO P.C. ESPANHOL



Continuação da pág. 12

de advogados que se ocupam de conflitos de trabalho de Madrid, enviaram um documento de protesto ao ministro das Relações Sindicais denunciando as gravíssimas irregularidades que durante as eleições se estão produzindo...» houve uma diminuição de conflitos no período pré-eleitoral.

Resultado das eleições: (Fonte: «Sindicalismo» Julho-Agosto de 1975) «Segundo os meios oficiais, houve uma participação nas eleições de 88 por cento... Informações a «alto nível» concedidas a um grupo de jornalistas que indicam que as «Comissões Obreras» avançam em 120 empresas, mantem as suas posições em 95, e retorcedem em 410.

3. Depois das eleições
— No «Feliz Mundo» franquista no que respeita a votações, SEMPRE SEMPRE — oficialmente se deram com elevadíssima participação.

Os 88 por cento referem-se ao eleitorado, quer dizer, àqueles que PODIAM votar refere-se àqueles (segundo se indicam acima) que eram aproximadamente 33 por cento de todos os sindicalizados, isto é, os 88 por cento de participação, referem-se a uma

minoría bem clara da classe operária (33 por cento de sindicalizados). E como só votaram 88 por cento de 33 por cento, só votaram, pois, 29 por cento dos operários, EMPREGADOS E FILIADOS na organização sindical.

Nos 88 por cento incluem-se também, votos em branco (e em alguns locais, importantes como a FASA — Renault, de Valladolid parecem ter sido numerosos) incluem também os votos invalidados por conterem inscrições diversas como «voto em cruz», ou «Queremos eleições livres»... (em ISA, Sevilha, haveria somente 34 votos válidos de 720 operários...); inclui também os votos dos que não votaram por se terem apresentado somente um candidato em certos locais, sendo esse candidato automaticamente nomeado sem votação e inclui também os votos de operários reaccionários ou acagaçados pela repressão.

Por outro lado, as

NOTA IMPORTANTE

Tendo em conta:

- o carácter geral do regime.
- o carácter geral da OS.
- as experiências de 36 anos de democracia orgânica.

cópias oficiais indicam, que nas províncias de Guipúzcoa e Burgos, somente votaram 59 por cento e 64 por cento, respectivamente do eleitorado» tendo-se dado casos como na empresa «Contadores» que entre 1300 operários 56 votaram, e no «CAF» em que 2200 operários, votaram 18.

Deram-se abstenções maciças por certas candidaturas terem sido proibidas como em Moto Ibérica (Barcelona) Loja de Aforros de Santa Cruz de Tenerife.

Entre as alterações, há que ter em conta diversos motivos como:

- Indiferença por problemas colectivos.
- Circunstâncias particulares da empresa
- Expressão reflectida de militantes
- «Abstenção forçada» pelas restrições das normas eleitorais já mencionadas (aquí há sem dúvida uma parte, que de todas as formas não votaria pelo motivo anterior).

Os dados complementares de interesse acima mencionados, eram mais ou menos previsíveis e portanto havia que contar com eles na altura da decisão por ou contra a participação.

CONCLUSÕES

Estudando tudo o que anteriormente foi exposto, e deixando de parte o argumento de que a OS é fruto da derrota operária em 36, e considerando:

a) Que na última década os operários tem funcionado nas empresas sem representação legal, criando os seus próprios órgãos de decisão e representação — as assembleias — que tinham inclusivamente sido aceites por algumas empresas de importância.

b) Que uma das constantes da vontade operária nestes anos de luta, tem sido a continuação de um sindicato operário democrático e independente de todo o Poder político e absolutamente separado do patronato, assim como da administração (na OS os operários só podem eleger directamente os representantes de base e a partir do quinto ou sexto escalão da hierarquia os cargos são designados de cima para baixo).

c) Que outra constante clara e continuamente expressa pela vontade operária é de que os trabalhadores possam ELEGER e REVOGAR, a todo o momento, os seus representantes. Os representantes de base «enlaces» únicos directamente eleitos, pelos operários na OS, não podem ser revogados pelos operários.

d) Que outra constante operária palpável é a solidariedade (e nas eleições sindicais, brilha pela sua ausência, a solidariedade com os excluídos pelas normas eleitorais repressivas); que os próprios partidários da votação classificaram como «a mais antidemocrática conhecida até hoje» e deixando de lado os operários de Biscaia e Guipúzcoa sobre os quais pesava o estado de excepção.

e) Que não há nada que indique que os re-

presentantes de base agora eleitos, se realmente dependerem os interesses dos operários — não vão seguir o mesmo caminho dos 50 000 representantes que foram destituídos entre 1966-1975.

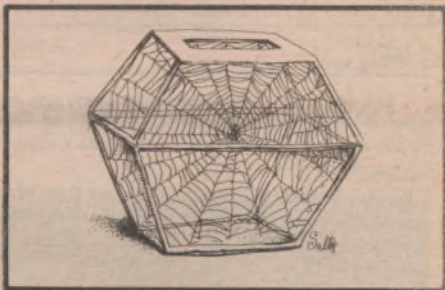
f) Que é irrealista pensar que a OS, vá dar passos que possam por em perigo a sua existência nacional sindicalista.

Considerando tudo isto, A POSTURA MAIS CONSEQUENTE ERA A ABSTENÇÃO, a única razão consequente que, apesar de tudo, aconselharia a participação é a intenção de ocupar uma parte do aparelho (anti-

democrático) sindical da OS com vistas a uma possível alteração e a uma repetição «sui-generis» do caso INTERSINDICAL português.

A ser isto certo, as organizações com tais aspirações (Partido Comunista Espanhol, etc...) tencionarão refrear as lutas operárias com o objectivo de que os representantes de base, «enlaces», não sejam destituídas dos seus postos.

Mas os operários mostraram já uma consciente maturidade e autonomia mais do que suficientes para fazer fracassar tais maquinações.



PELA AMNISTIA CONTRA A MONARQUIA FASCISTA

- Mobilização geral

na Galiza no passado dia 16

Da «Assembleia Nacional — Popular Galega» e da «Union do Pobo Galego», recebemos dois comunicados.

Em ambos os comunicados fazem-se referências à farsa que o indulto deliberado por Juan Carlos constitui, apelando-se a todos os trabalhadores galegos, às organizações políticas, sindicais e de massas, para que realizem contínuas acções de luta que culminem numa Greve Geral em toda a Galiza, no dia 16 de Dezembro.

No comunicado da Assembleia Nacional — Popular Galega, diz-se a certa altura:

«Conscientes de que a monarquia de Juan Carlos não significa outra coisa que a continuidade fascista do regime reflectida nos últimos acontecimentos: a farsa do indulto, o assassinato de um patriota basco pela Guarda Civil em Beasain, a repressão contra manifestações pedindo a amnistia e a liberdade para os povos do Estado espanhol, as detenções, a continuidade da anti-terrorista, a permanência do franquista Arias na Presidência do Governo. etc., etc.»

Os acontecimentos do 25 de Novembro — Perspectivas

Continuação da pág. 2

mente grandes massas de trabalhadores. Ao colocarem-se na oposição ao Governo de Pinheiro de Azevedo os reformistas levaram as massas na sua política demagógica, que ao manifestarem-se na rua serviam não os seus interesses de trabalhadores (ou pelo menos no principal) mas os do Partido Comunista ajudando-o a conquistar uma posição mais favorável no Governo. Nesta movimentação táctica conseguiram arrastar também toda a esquerda, que para não perder a carroça, teve que aceitar tentando, no entanto corrigir o mais possível os objectivos reformistas para outros que mais se adequassem aos interesses dos trabalhadores nesta fase do processo. É neste contexto que aparece, por exemplo, o manifesto assinado por 18 oficiais lido na manifestação de Belém, contra a auto-suspensão do VI Governo. São também os reformistas, que de forma demagógica provocam a greve dos metalúrgicos, a manifestação dos trabalhadores da construção civil (que acabaram fugindo a todo o controlo partidário, sequestrando o Governo), tudo com o fito de conseguirem mais força no Poder. Porém isto não foi suficiente, além de que a esquerda revolucionária conseguiu tirar alguns dividendos da movimentação popular ameaçando tomar o Poder pela insurreição, por e para os trabalhadores.

O GOLPE

É aqui que o reformismo, tal como um tigre espiando a sua presa, desferiu o seu mais poderoso golpe. Até que ponto é que a direita nele também colaborou (ou não) o tempo o dirá.



O momento surge com a luta dos pára-queidistas de Tancos. O aproveitamento é perfeito. Os pára-queidistas estão a ter o apoio unânime da esquerda e dos trabalhadores, nada mais natural que eles se sublevar ultrapassando a sua luta para depor os reacçãoários do Conselho da Revolução. Como quem apregoa a violência é a esquerda revolucionária os reformistas ficarão ilibados. Duma cajadada matam-se dois coelhos. Mas para isso é preciso que as coisas não vão demasiado longe. E é assim que aparecem como mediadores em Belém entre o C. R. e os pára-queidistas, isto é, segundo eles, os aventureiros de esquerda. Ora uma análise, mesmo que não muito profunda, feita por terra a acusação que se faz à esquerda de ter lançado a operação. Em primeiro lugar as suas características de golpe militar, são um tipo de solução que desde sempre tem sido repudiado pela esquerda radical consequente, a qual inclusivamente condenou o 25 de Abril, ou melhor, nunca o considerou uma revolução mas sim um «putch». Em segundo lugar, os oficiais activos, para além dos pára-queidistas e que aparecem como cabeças do golpe, não

são os que normalmente se identificam como simpáticos da esquerda revolucionária, que foram apaixonados de surpresa, mas sim o coronel Varela Gomes, o capitão Paulino, o major Costa Martins e mais alguns, cujas ligações com o Partido Comunista são sobejamente conhecidas. Terceiro, o perfeito controlo das forças de marinha que foram «travadas», evitando-se assim por um lado que elas fossem queimadas e por outro assegurando ao mesmo tempo a derrota dos pára-queidistas.

A TRAIÇÃO

Mas então os reformistas queriam a derrota dos pára-queidistas?

Aparecendo como mediadores entre o C. R.



e a extrema-esquerda o P. C. P. pensa assim conseguir os seus dois grandes objectivos: mais poder no Governo e o domínio de toda a esquerda. Contavam para isso com a cedência do C. R. face à situação militar, aparentemente favorável à esquerda (não esquecer a recente e quase unânime contestação à nomeação de Vasco Lourenço como comandante da R. M. L.). Quando o C. R. decide fazer frente aos sublevados, o reformismo envida todos os esforços para os isolar, pois a sua vitória militar só poderia nesse caso aproveitar à esquerda revolucionária que tudo faria ao seu alcance para transformar o golpe numa verdadeira insurreição, trazendo para a rua milhares de trabalhadores armados, representando, isso sim a vitória dos trabalhadores e consequentemente a derrota dos partidos que a isso se opõem, incluindo o P. C. P. (isto para quem ainda não o sabia). Assim os reformistas começam o seu trabalho de sapa, desmobilizando o mais possível os trabalhadores através dos sindicatos e das comissões de trabalhadores que controla. Chega ao ponto de mandar os seus militantes no Alentejo para a fronteira, a fim de evitarem a entrada do E. L. P... Em relação aos fuzileiros conseguiram a sua «traição», evitando que saíssem. Tiveram a colaboração do major Diniz de Almeida e beneficiaram das contradições e da falta de organização da esquerda militar, que foi incapaz de fazer uma análise correcta da situação, permitindo que o Regimento de Comandos tomasse conta das operações. Pode dizer-se que com a rendição de Diniz de Almeida a derrota ficou consumada, em grande parte por falta de líderes. Tudo o que se seguiu foram acções desesperadas e dramáticas nalguns casos. A queda do Regimento da Polícia Militar foi bem a constatação de que a ligação M. F. A.-Povo, muito particularmente, oficiais do M. F. A.-Povo estava feita, na melhor das hipóteses, na base do humanitarismo e não da revolução. Em muitos casos os interesses individuais e de classe acabaram por sobrepor-se às motivações políticas e foi a falência estrondosa. Já o caso de Tancos é efectivamente dramático. Os homens que mais de uma vez foram

traídos, choraram de raiva e queriam a todo o custo limpar a sua honra. Mas o momento tinha passado e qualquer tentativa de resistência seria apenas tornar mais amarga ainda a sua derrota.

RESULTADOS

Pode perguntar-se: até que ponto o reformismo perdeu (ou ganhou)? Até que ponto era este o desfecho que previa para o golpe que desenhou?

Quanto a nós, o Partido Comunista (e aqui atribuímos a maquinação, em toda a sua extensão, a um pequeno grupo da cúpula dentro do partido), esperava poder impor as suas condições, que incluíam a demissão de alguns dos elementos que lhes eram mais desfavoráveis no C. R. e no Governo, isto sem resistência militar, porque a correlação de forças a este nível parecia contrária ao poder vigente, dedução feita de acções anteriores, como no caso bem recente do sequestro dos ministros, feito pelos trabalhadores da construção civil. A R. M. L. era, na sua grande maioria, favorável à esquerda. Sendo assim, e atribuindo a responsabilidade da acção dos páras à esquerda «aventureirista», o P. C. sairia realmente como grande vencedor.

Não é, no entanto de crer, que quem imaginou a operação não estudasse a hipótese de uma intervenção como a que se veio a verificar por parte dos Comandos. É aqui que começa a grande traição. É também aqui que se avoluma a suspeita de um certo acordo com a direita. De facto, é estranha a ousadia de fazer sair uma só unidade para dominar a sublevação dos páras e ainda calar unidades bem apetrechadas como a P. M. e o Ralis. Uma certa garantia de neutralidade teria, forçosamente, de ser conhecida.

Para sair o mais possível limpo do golpe, o P. C. P., para que tudo não fosse perdido ao nível do poder, era preciso trair, era preciso mesmo queimar algumas das pedras com quem o reformismo jogou mais, entre os militares, ao longo deste processo. Tudo isto foi feito com uma frieza e um calculismo repugnantes. Entre o perigo de uma vitória popular e um compromisso com a burguesia, os reformistas, muito naturalmente, escolheram a última hipótese. Porque isso corresponde para si a um mal menor. Por muito tortas que corresse as coisas, os reformistas sabiam, como logo se verificou, que a linha Melo Antunes teria que recorrer a eles para não ser absorvida pela extrema-direita e neste esquema, apesar de tudo, a sua posição poderia até sair reforçada. Note-se que mesmo o P. P. D. desistiu, por agora, da sua reivindicação sobre a saída do P. C. P. do Governo.

O FUTURO

Face a esta nova situação, face à correlação de forças saída do 25 de Novembro, quais as perspectivas que se abrem aos trabalhadores e aos revolucionários?

O grande avanço da direita que se verifica, tem particular incidência no sector militar. A pretensão de um «golpe» apelida-se descaradamente de contra-revolucionários, não só as dezenas de militares presos, como todos os pára-queidistas, incluindo os soldados e aproveita-se para sanear os quartéis, deixando-os às moscas. Uma disciplina de terror deverá, logicamente, seguir-se para os novos recrutas. É essencial que os revolucionários comecem desde já a trabalhar essas incorporações para que

Continua na pág. 15

UMA CARTA

Continuação da pág. 6

se através desta luta. Ora o proletariado e as suas lutas são actualmente dominadas pelas organizações burocráticas (sindicatos e partidos), o que tem como resultado tornar as lutas impossíveis, e de as desviar do seu objectivo de classe ou de as conduzir à derrota. Uma organização de vanguarda não pode assistir indiferente a este espectáculo, nem limitar-se a aparecer como o pássaro de Minerva ao cair da noite deixando cair do bico panfletos explicando aos operários as razões da sua derrota. Ela deve ser capaz de intervir nessas lutas, combater a influência das organizações burocráticas, propor aos operários os modos de acção e de organização; ela deve mesmo por vezes ser capaz de os impor. Quinze operários de vanguarda decididos podem, em certos casos, por em greve uma fábrica de cinco mil, se eles estiverem dispostos a afastar burocratas estalinistas — o que não é nem teórico, nem mesmo democrático, sendo estes burocratas sempre eleitos com confortáveis maiorias pelos próprios operários.

REVOLUÇÃO RUSSA

Eu queria antes de terminar esta resposta dizer duas palavras sobre a nossa segunda divergência, que só tem à primeira vista um carácter teórico: a natureza da revolução russa. Nós pensamos que definir a revolução russa como uma revolução burguesa vai contra os factos, as ideias e a linguagem. Que na revolução russa tenha havido muitos elementos de uma revolução burguesa — em particular a «realização das tarefas

burguesas-democráticas» — foi sempre reconhecido, e muito tempo antes da própria revolução, Lenine e Trotsky tinham feito delas a base da sua estratégia e da sua táctica. Mas estas tarefas, na dada etapa do desenvolvimento histórico e a configuração das forças sociais na Rússia, só podiam ser desempenhadas pela classe operária que, da mesma maneira, só podia por tarefas essencialmente socialistas.

Voce diz; a participação dos operários não chega. Claro; desde que um combate se torna um combate de massas, os operários estão presentes, porque fazem parte das massas, porque são as massas. Mas como o critério não é este; é o de saber se os operários estão presentes como pura e simples infantaria da burguesia ou se ele combatem pelos seus próprios objectivos. Numa revolução onde os operários se batem pela «igualdade, liberdade, fraternidade» — e qualquer que seja a significação que subjectivamente eles dão a estas palavras eles dão a estas palavras de ordem — eles são a infantaria da burguesia. Mas logo que se batem por «todo o poder dos sovietes», eles batem-se pelo socialismo. O que faz da revolução russa uma revolução proletária, é que o proletariado participou nela como a força dominante com a sua própria bandeira, o seu rosto, as suas reivindicações. Os seus meios de luta, as suas próprias formas de organização: é que não somente ele constituiu organismos de massa visando apropriar-se de todo o poder. Mas também ele próprio passou a expropriação dos capitalistas e começou a realizar a gestão operária das fábricas. Tudo isto fez para sempre da revolução russa uma revolução proletária, qualquer que possa ter sido a sua evolução ulterior — da mesma maneira que nem os seus fracassos,

nem a sua confusão, nem a sua derrota final impedem a Comuna de Paris de ter sido uma revolução proletária.

Como divergência pode parecer à primeira vista teórica: contudo penso que ela tem uma importância prática na medida em que ela traduz uma diferença de metodologia a propósito de um problema actual por excelência: o problema da burocracia, o facto de a degenerescência da revolução russa não ter dado lugar a uma restauração da burguesia mas à formação de uma nova casta exploradora, a burocracia: de o regime que compreende esta burocracia, apesar da sua identidade profunda com o capitalismo (enquanto dominação do trabalho morto sobre o trabalho vivo) diferir numa série de aspectos que não se podem negligenciar sem que se esteja a recusar compreender o que quer que seja; de esta mesma casta, desde 1945, estar em vias de estender a sua dominação sobre o mundo; de ela ser representada nos países da Europa Ocidental por partidos profundamente enraizados na classe operária — tudo isto faz que nós pensemos que limitar-se a dizer que a revolução russa foi uma revolução burguesa equivale a fechar voluntariamente os olhos perante os aspectos, mais importantes da situação mundial de hoje.

Espero que esta discussão possa continuar e aprofundar-se, e creio que é inútil reflectir-lhe que nós receberemos com alegria no «Socialismo ou Barbárie» tudo o que voce deseje mandar-nos.

a) Esta carta foi publicada na revista «Socialismo ou Barbárie» e está contida nos volumes do mesmo nome da colecção 10-18.

b) Ver no texto, **A direcção proletária**, na mesma revista.

1 — A expressão que peca por excesso de moderação.

Os acontecimentos do 25 de Novembro — Perspectivas

Continuação da pág. 14

os seus elementos saibam organizar-se e responder colectivamente às prepotências reaccionárias que os esperam. É necessário e urgente impedir a todo o custo a formação de um Exército que possa vir a ser usado como força de repressão às lutas dos trabalhadores.

No que respeita à classe operária e trabalhadores em geral, o facto de não terem sido tocadas as suas organizações, permite que seja feito um esforço no sentido de que sejam cada vez mais apertadas e representantes da vontade da classe. É essencial que esses órgãos sejam fundamentalmente políticos e ponham como seu objectivo principal a tomada do Poder. Para isso haverá que coordená-los entre si e, ao mesmo tempo haverá que definir qual a táctica justa a cada momento, o que só será possível se esses órgãos, em vez de se comprometerem partidariamente, discutam, estudem e adoptem as propostas dos partidos que mais se adquem e favoreçam a classe. Esta será a única forma justa e democrática capaz de os conduzir e à classe de modo a fazer triunfar a Revolução socialista.

PARTIDOS E ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA

Competirá aos partidos verdadeiramente empenhados na vitória dos trabalhadores, fomentar a unidade e a organização autónoma destes. Para isso é necessário que se dispam de veleidades de poder e que cooperem, sempre que possível, uns com os outros. O que se tem assistido até aqui, tem sido uma constante luta entre eles que individualmente lutam também com e não pela classe operária. Neste aspecto há que abrir uma excepção a este partido que tem feito um grande esforço, mesmo que com algumas contradições e deficiências, no sentido de esclarecer os trabalhado-

res, alertando-os contra todos os tipos de manobras partidárias, inclusive as do próprio P. R. P., se os trabalhadores as detectarem e assim o entenderem, ao mesmo tempo apontando-lhes formas de organização unitária, sem lhes esconder aquilo a que deve conduzir a sua luta, isto é: todo o poder aos trabalhadores!

Desta análise é possível concluir que mais do que nunca são actuais as palavras de ordem, UNIR, ORGANIZAR e ARMAR. Esta última palavra pressupõe que pensamos que a insurreição continua a ser, neste momento a meta para a qual todos os esforços devem ser canalizados. Na nossa opinião assim é de facto, porque a insurreição é a única forma possível pela qual os trabalhadores poderão tomar o Poder a qual é ao mesmo tempo também a única solução contra o restabelecimento do fascismo neste País. Os últimos acontecimentos vieram demonstrar que a força das armas é decisiva para o derrube da burguesia, porque esta não hesita em usá-las em seu favor sempre que disso dependa o seu domínio.

INSURREIÇÃO PARA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA

A fase da luta de classes, determinada pelas condições objectivas politico-economicas, não se alterou, verificando-se apenas uma mudança na correlação de forças que é agora, aparentemente, mais favorável à direita fascista. É portanto um erro que, se pode pagar caro, acreditar numa estabilização das forças (moderadas), actualmente no Poder, que permitiriam talvez a utilização de formas de luta antifascista mais atrasadas. A forma mais eficaz contra o fascismo e a que se impõe hoje com mais acuidade ainda, é a tomada do Poder através da insurreição armada e por isso a defendemos. Quanto

a nós, deslocar este objectivo no tempo para um futuro longínquo, desviando para já a luta noutra sentida, reivindicativo por exemplo, é apressar a derrota dos trabalhadores, porque o fascismo não perderá tempo a instalar-se apanhando a classe desarmada, iniciando um tipo de repressão violenta, que tornará muito difícil a recuperação do processo pelos trabalhadores. Toda a questão se centra ainda na instabilidade do Poder que tende a deslocar-se cada vez mais e mais rapidamente para a direita e para a direita fascista. Todo o tempo será pouco para preparar a insurreição e como sempre os trabalhadores e os revolucionários vão ter que correr contra o tempo. De nada vale dizer que o estado de politização e organização da classe é insuficiente e que as alianças com o campesinato e a pequena burguesia não estão feitas. Pois se isso é assim, então é dever dos partidos que se dizem revolucionários e de todos os revolucionários organizados ou independentes, canalizarem todo o seu esforço no sentido de superar essas falhas, pondo sempre como objectivo prioritário a preparação da insurreição armada no mais curto prazo possível. Será a decisão do momento exacto, não muito cedo, de uma forma aventureirista, mas tendo em conta o grau de unidade, organização e armamento conseguidos e ainda a correlação de forças ao nível militar, bem como a preparação de um plano insurreccional, aquilo que deve ser a responsabilidade desses partidos constituídos em direcção politico-militar.

Consideramos também de capital importância a discussão destes problemas entre os trabalhadores. Torna-se vital que todos, ou pelo menos a maioria perceba e aceite análises deste tipo. Só assim eles poderão conscientemente assumir o papel insubstituível que lhes cabe e que, quanto a nós tornará possível a Revolução socialista.

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, POVOS E NAÇÕES OPRIMIDAS DO MUNDO, UNI-VOS!

Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica. Distribuição: DIG — Rua das Chagas, 2 — Lisboa

AVENÇA

EDITORIAL

A situação económica do País vai determinar a evolução dos acontecimentos políticos. A situação catastrófica, que culmina a crise que vem de antes do 25 de Abril, pode resumir-se àquela verdade que há meses se esperava: acabaram-se as reservas em divisas e o Governo vai começar a negociar o ouro. Os países ocidentais que prometeram empréstimos e que fizeram chantagem política para os conceder, já recuaram e, ou emprestam quantias insignificantes ou adiam para daqui a algum tempo essa concessão. Assim vão mostrando a palha à frente do burro e este vai caminhando sempre para a direita, até entrar dentro do fascismo mais declarado. Nessa altura os países ocidentais não emprestarão, por «escrúpulo» político, tal como fazem no Chile, onde a miséria mais terrível campeia entre o proletariado e a pequena burguesia, onde os mineiros comem rações de combate americano. Para continuar a produzir o cobre para os americanos. Assim vai a crise do capitalismo, à escala mundial, assim vai a «civilização cristã»!

Entretanto o nosso poder político-militar ganha tempo até às eleições para organizar aquilo que ainda não tem — um aparelho repressivo. Um aparelho repressivo que inclui uma polícia política, com a sua rede de agentes e a sua central, que inclui profissionais de interrogatórios e uma polícia de choque. Claro que tudo isto não pode ser feito por duas ou tres unidades do exército mesmo que sejam «fidelícias». A direita tem portanto vantagem em ganhar tempo e em fazer as eleições; nestas, há a certeza de que os grandes ganhos irão para o PPD e o CDS e o golpe de direita que se seguirá será legitimado pelos resultados eleitorais, tal como a viragem para a social-democracia foi legitimada pelas eleições de Abril. O PCP correrá para essas eleições como o rato para o queijo da ratoeira, e gastará toneladas de papel para tentar subir de 9p para 1p.

Resta, portanto aos revolucionários e aos trabalhadores em geral organizar outra alternativa. Para já, tem de organizar-se para lutar contra o fascismo, que por todo o lado já aparece assumindo as mais diversas formas: prisões sem culpa formada, buscas generalizadas, saneamentos como nunca houve no tempo do fascismo. É portanto contra esse fascismo, que se acentua à medida que o tempo passa que os trabalhadores tem de lutar. É nesse sentido que os Comitês de Luta que se estão a formar são um sinal de vitalidade da classe operária. Mas toda a luta anti-fascista tem de partir de um pressuposto: que o fascismo não passa de um dos aspectos do capitalismo. É a situação económica portuguesa (provocada pelo próprio sistema) que determina que o capitalismo aqui seja obrigado a ser fascista se não, seria «democrático», como em França ou na Suécia. Portanto, toda a luta anti-fascista, tem de ser simultaneamente anti-capitalista. À volta desta luta tem de se fazer uma grande unidade, mas que implique essa verdade: não há fascismo sem capitalismo e os dois tem de ser combatidos simultaneamente. Haverá portanto entre os «anti-fascistas» a divisão necessária e a saudável separação entre os que são anti-capi-



No Porto estão presos militares e alguns civis em Custóias. No RASP, também no Porto, estão os oficiais do Copcon. São poucos aqueles que já responderam à Comissão de Inquérito e há muitos que esperam esse interrogatório para sair...uma vez que nada têm a ver com o 25 de Novembro. Mas será que a Comissão de Inquérito se interessa pelo 25 de Novembro? A Comissão de Inquérito já sabe quem fez o 25 de Novembro — o Conselho da Revolução, ou uma boa parte do Conselho da Revolução.

Assim, os interrogatórios feitos a alguns dos presos nem sequer dizem respeito ao 25 de Novembro. Dizem respeito à actividade dos citados militares, durante o processo revolucionário.

Conclusão: estão presos porque são revolucionários, nada têm a ver com o 25 de Novembro.

TROCA-SE UM CAMPONÊS POR UM BR

Os camponeses de Alcoentre têm sido vítimas de buscas e prisões, tal como os de Alcácer e de outros pontos do País. Às prisões seguem-se os interrogatórios.

Acontece que em relação aos camponeses da zona de Alcoentre, os interrogatórios têm tomado um carácter especial. Promete-se aos interrogados, que se entregarem um membro das Brigadas Revolucionárias, serão libertos. Troca-se um camponês por um B.R. dizem as autoridades. É A LEI DA DELACÇÃO.

SANEAMENTOS NO LICEU DE RIO MAIOR

Rio Maior, centro da reacção. Mas não só. A par das massas reaccionárias que vão ao comício do C. D. S, que fazem barragens, que pedem a anulação da reforma agrária, há gente revolucionária, como se deve depreender.

Esmagadas pelo ambiente, muitas dessas pessoas não aparecem publicamente ou foram esmagadas (e espancadas) nos primeiros tempos em que Rio Maior apareceu como vedeta da reacção.

Mas no Liceu de Rio Maior os jovens têm coragem. É assim que se atrevem a fazer o saneamento dos professores fascistas. A juventude dá muitas vezes atrevimento, mesmo aos filhos da burguesia.

ALGUNS NÚMEROS ECONÓMICOS

A situação económica é catastrófica. Os números falam por si na situação actual e são eles que ditarão o futuro.

Eles aí estão:

— Valor em necessidade de bens alimentares que se calcula ter de importar em 1976-28 milhões de contos (não se inclui portanto outros bens).

— Reservas em divisas: Existiam 2 milhões livres em Outubro e mais 5 milhões que deveriam ser pagos ao fim de ano e meio.

— Reservas em ouro: 120 milhões de contos. Estes são negociáveis de acordo com grandes limitações políticas.

Vamos portanto, começar a comer ouro... até o consumir. Que dores de estômago, que nos vai fazer!

talistas e os que o não são, tal como no passado houve separação entre a CDE e a CEUD e mais tarde entre os revolucionários e a CDE quando esta de novo incluiu o PS nas suas fileiras. Hoje são mais compreensíveis todas essas razões.

Cabe portanto aos revolucionários organizarem-se unitariamente e encontrar formas de luta que digam respeito às razões mais duras dos explorados: a pobreza dos camponeses, o desemprego, o aumento do custo de vida, a repressão.

Nesse sentido, o Poder Popular tem de ser repensado com a profundidade de reflexão que o momento exige, abandonando totalmente as lutas partidárias que aí se geravam por influência dos partidos que querem controlar os trabalhadores.

É da capacidade de reflexão sobre o que existe e da organização dos trabalhadores e dos revolucionários que depende o futuro próximo deste País. Por isso, todo o golpismo partidário é estúpido e todo o folclore democrático é trágico.